

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE  
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

**ISCAL** EST. 1759

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA ACERCA DA  
INFLUÊNCIA DA COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO DE  
ADMINISTRAÇÃO NO DESEMPENHO AMBIENTAL  
DAS ENTIDADES

---

Mónica Gonzalez Alves Tavares

Lisboa, fevereiro de 2025



INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E  
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA ACERCA DA  
INFLUÊNCIA DA COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO DE  
ADMINISTRAÇÃO NO DESEMPENHO AMBIENTAL  
DAS ENTIDADES

Mónica Gonzalez Alves Tavares

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Pedro Miguel Baptista Pinheiro.

Constituição do Júri:

Presidente: Prof. Doutora Ana Dias

Arguente: Prof. Doutor Fábio Albuquerque

Vogal: Prof. Doutor Pedro Pinheiro

Lisboa, fevereiro de 2025

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido (no seu todo ou qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio – a utilização de elementos alheios sem referência ao seu autor – constitui falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

# AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação não teria sido possível sem o apoio, orientação e o incentivo de muitas pessoas, à qual expresso a minha profunda gratidão.

Primeiramente, agradeço ao meu orientador, Pedro Pinheiro, pela sua orientação inestimável e sugestões sempre pertinentes durante todo o processo de pesquisa. A sua ajuda e conhecimento foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

À minha família, que sempre acreditou em mim e me apoiou incondicionalmente em cada etapa desta jornada.

Ao meu namorado, João, com todo o apoio emocional, paciência e compreensão ao longo deste período desafiador. Obrigada por acreditares em mim e facilitares este processo duradouro.

Por fim, agradeço a todas as pessoas e instituições que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta dissertação. A todos, o meu sincero obrigado.

# RESUMO

O desempenho ambiental é parte integrante do desenvolvimento sustentável, alicerçado numa visão de proteção do ambiente, sendo este um dos grandes objetivos a atingir pelas sociedades modernas, no contexto atual. Paralelamente, o referido desempenho não pode ser dissociado das estruturas de decisão empresarial, nomeadamente do órgão de administração e das suas características intrínsecas. Na presente investigação é utilizado como método de pesquisa a revisão bibliométrica de literatura acerca da influência da composição do órgão de administração do desempenho ambiental das entidades, com aplicação de uma análise bibliométrica. Este trabalho tem como objetivo geral dar resposta à seguinte questão de investigação: “Qual o estado da arte relativamente à influência da composição do órgão de administração no desempenho ambiental das entidades?”. Assim, a pesquisa das palavras-chave *environmental disclosure*, *board composition* e *board attributes* na base de dados Scopus, permitiu identificar um total de 182 artigos, sendo apenas 47 selecionados após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. A metodologia utilizada para analisar a relação entre o desempenho ambiental e a composição do órgão de administração permitiu mapear o estado do conhecimento nesta linha de investigação, bem como evidenciar as principais tendências e perspetivas futuras relativas a esta problemática. Os resultados destacam que as palavras-chave estão relacionadas, destacando a importância de implementar políticas de divulgação ambiental. Além disso, de acordo com os dois principais periódicos analisados, verificou-se um crescimento acentuado de publicações relacionado com a temática ambiental demonstra um maior crescimento nos estudos publicados sobre esta temática.

## **Palavras-chave:**

Desempenho ambiental; órgão de administração; responsabilidade social; revisão sistemática; análise bibliométrica.

# ABSTRACT

Environmental performance is an integral part of sustainable development, grounded in a vision of environmental protection, which is one of the major goals to be achieved by modern societies in the current context. At the same time, this performance cannot be dissociated from business decision-making structures, particularly the board of directors and its intrinsic characteristics. In this research, a systematic literature review on the influence of the composition of the board of directors on the environmental performance of entities is used as the research method, applying a bibliometric analysis. The general objective of this study is to address the following research question: 'What is the state of the art regarding the influence of board composition on the environmental performance of entities?'. Therefore, the search for the keywords environmental disclosure, board composition, and board attributes in the Scopus database identified a total of 182 articles, of which only 47 were selected after applying the inclusion criteria. The methodology used to analyze the relationship between environmental performance and board composition enabled mapping the state of knowledge in this line of research, as well as highlighting the main trends and future perspectives related to this issue. The results emphasize that the keywords are related, highlighting the importance of implementing environmental disclosure policies. Furthermore, according to the two main journals analyzed, there has been a sharp increase in publications related to environmental issues, showing an increase in the number of studies published about this subject.

## **Keywords:**

Environmental performance; board of directors; social responsibility; systematic review; bibliometric analysis.

# ÍNDICE

Índice de Tabelas .....	IX
Índice de Figuras.....	X
Lista de Abreviaturas.....	XI
1. Introdução .....	12
1.1. Questão de investigação e objetivos .....	13
1.2. Contribuições da investigação.....	13
2. Enquadramento teórico .....	15
2.1 Divulgação e Desempenho Ambiental.....	15
2.2 O Órgão de administração e o desempenho ambiental.....	17
2.2.1 O papel do órgão de administração .....	17
2.2.2 A influência das características do órgão de administração no desempenho ambiental.....	18
2.2.2.1 <i>Dimensão</i> .....	19
2.2.2.2 <i>Independência</i> .....	22
2.2.2.3 <i>Diversidade de género</i> .....	23
2.2.2.4 <i>Chief Executive Officer duality</i> .....	26
2.2.2.5 <i>Membros não executivos</i> .....	27
3. Metodologia da investigação .....	30
3.1 Questão de investigação .....	31
3.2 Base de dados e estratégia de pesquisa.....	31
3.3 Seleção e análise dos estudos.....	31
3.4 Aplicação dos critérios de seleção.....	33
3.5 Extração e síntese dos dados .....	34
4. Resultados e Discussão .....	35
4.1 Análise do número de publicações .....	35
4.2 Análise por área de publicação.....	36
4.3 Análise das publicações por país.....	42
4.4 Análise dos conceitos e palavras-chave.....	43
4.5 Discussão da evidência empírica.....	46
5. Conclusões, Limitações e Perspetivas futuras .....	60
Referências bibliográficas .....	62
Apêndice .....	85

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 3.1</b> Estratégia de pesquisa SCOPUS.....	32
<b>Tabela 3.2</b> Critérios de inclusão e exclusão da revisão sistemática.....	34
<b>Tabela 4.1</b> Documentos por fonte.....	37
<b>Tabela 4.2</b> Quartis segundo o indicador SJR.....	37
<b>Tabela 4.3</b> Dimensão do órgão de administração.....	46
<b>Tabela 4.4</b> Independência do órgão de administração.....	49
<b>Tabela 4.5</b> Diversidade de gênero no órgão de administração.....	52
<b>Tabela 4.6</b> <i>CEO duality</i> .....	56
<b>Tabela 4.7</b> Membros não executivos no órgão de administração.....	57

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 2.1</b> Triple-Bottom-Line.....	16
<b>Figura 3.1</b> Diagrama de fluxo da seleção da literatura (PRISMA).....	33
<b>Figura 4.1</b> Publicações por ano.....	35
<b>Figura 4.2</b> Publicações por categoria.....	36
<b>Figura 4.3</b> Quartis do <i>Journal of Applied Accounting Research</i> .....	38
<b>Figura 4.4</b> Colaboração internacional do <i>Journal of Applied Accounting Research</i> .....	38
<b>Figura 4.5</b> Indicador SJR do <i>Journal of Applied Accounting Research</i> .....	39
<b>Figura 4.6</b> Número de documentos por ano do <i>Journal of Applied Accounting Research</i> ....	39
<b>Figura 4.7</b> Quartis do <i>Social Responsibility Journal</i> .....	40
<b>Figura 4.8</b> Colaboração internacional do <i>Social Responsibility Journal</i> .....	40
<b>Figura 4.9</b> Indicador SJR do <i>Social Responsibility Journal</i> .....	41
<b>Figura 4.10</b> Número de documentos por ano do <i>Social Responsibility Journal</i> .....	41
<b>Figura 4.11</b> Estudos por país.....	42
<b>Figura 4.12</b> Mapa bibliométrico criado com base numa visão geral da coautoria entre diferentes países.....	43
<b>Figura 4.13</b> Palavras-chave utilizadas.....	43
<b>Figura 4.14</b> Mapa bibliométrico criado com base em palavras-chave.....	44
<b>Figura 4.15</b> Mapa bibliométrico criado com base na coocorrência de palavras-chave.....	45
<b>Figura 4.16</b> Mapa bibliométrico criado com base na representação visual da coautoria.....	45

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CEO - *Chief Executive Officer*

CSV - *Comma-separated values*

FTSE - *Financial Times Stock Exchange*

GRI - *Global Reporting Initiative*

PRISMA - *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*

SJR - *SCImago Journal Rank*

UE - *União Europeia*

# 1. INTRODUÇÃO

É necessário e desejável uma medição dos danos causados pelas entidades ao meio ambiente, bem como o seu registo e incorporação nas demonstrações financeiras, seguindo os conceitos de cidadania e responsabilidade (Fleming, *et al.*, 2022).

As organizações podem divulgar informações relacionadas com matérias ambientais, nomeadamente através de relatórios de sustentabilidade, com recurso a diversos referenciais, sendo um dos mais disseminados a *Global Reporting Initiative* (GRI), segundo Corrêa e Ribeiro (2020).

A GRI disponibiliza um conjunto de normas com instruções para aplicação no relato dos impactos económicos, ambientais e sociais, tendo como objetivo “fornecer informações confiáveis aos sócios sobre os impactos e contribuições para o desenvolvimento sustentável.” (Qureshi, Kirkerud, Theresa & Ahsan, 2019, p. 1)

Através da preparação destes relatórios, as organizações transmitem uma maior liderança em sustentabilidade e responsabilidade social, contribuindo para um impacto positivo a longo prazo. Em linha com o que foi referido anteriormente, Witkowska (2016, p. 28), refere que

entende-se por responsabilidade social das organizações a integração voluntária de questões sociais e ambientais nas atividades empresariais e nas relações com as partes interessadas, combinada com a disponibilidade para sacrificar o lucro em prol de determinados interesses sociais.

A este propósito, Andrew (2003) e Abedin *et al.* (2023) acrescentam que é um desafio recorrente para as entidades a existência de transparência na divulgação e na aplicação de comportamentos éticos, de forma que sejam aplicadas iniciativas de sustentabilidade ambiental.

A relação entre o desempenho ambiental e os fatores que o influenciam tem vindo a ser efetuada por diversos autores, conforme referem Buniamin, Alrazi, Johari e Rahman (2011).

Rehman (2013, p.3) afirma que “cada organização possui um órgão de administração que desempenha um papel importante para fortalecer e tornar a organização bem-sucedida”. Assim, é preponderante verificar a existência de uma relação entre uma estrutura importante para o funcionamento das organizações e a sua influência nas decisões e na abordagem de aspetos relacionados com matérias ambientais.

Em suma, no presente estudo, o fator em análise serão as características do órgão de administração, visto que, de acordo com Mititean (2023, p.2), estas assumem “um papel importante na gestão da organização, sendo responsáveis por estabelecer as medidas estratégicas e decisões” que influenciam o referido desempenho.

Importa ainda salientar a existência da necessidade de implementação de melhorias a nível ambiental, social e económico e, segundo López-Santamaría, Amaya, Hinestroza, e Cuero (2021), ser crucial o progresso no desenvolvimento teórico com vista à melhoria de práticas de governação, garantindo a sustentabilidade.

Assim, dada a importância do órgão de administração e a sua responsabilidade pela orientação estratégica e desempenho de uma entidade (Kaplan, 2001), considera-se que este órgão e as suas características desempenham um papel importante enquanto determinante do desempenho ambiental, facto pelo qual esta investigação se apresenta relevante.

## **1.1. Questão de investigação e objetivos**

A questão de investigação subjacente a esta investigação é a que seguidamente se formula: “Qual o estado da arte relativamente à influência da composição do órgão de administração no desempenho ambiental das entidades?”.

Decorrente da questão de investigação formulada, o objetivo geral passa pela análise entre a literatura existente relativa ao desempenho ambiental das organizações e à sua relação com as características do órgão de administração, uma vez que existe uma crescente preocupação para que seja divulgado um maior volume de informação relacionada com as práticas ambientais, por oposição aos relatórios com foco na vertente económica.

A análise bibliométrica permitirá responder a um conjunto de objetivos relacionados com as questões de investigação derivadas, nomeadamente conhecer a evolução do número de publicações relacionadas com a temática em análise, aferir quais os *journals* com maior apetência para esta tipologia de publicações e aferir quais os autores com maior número de citações.

## **1.2. Contribuições da investigação**

A realização de uma revisão sistemática da literatura e um estudo bibliométrico acerca da relação entre o desempenho ambiental e a composição do órgão de administração, permite

mapear o estado do conhecimento nesta linha de investigação, bem como evidenciar as principais tendências históricas e perspectivas futuras relativas a esta problemática.

Não existe, que tenha sido possível apurar, um estudo desta natureza que permita caracterizar a evidência empírica existente, assim como fornecer um conjunto de representações que possa ilustrar essa mesma evidência.

Paralelamente, a sistematização efetuada permitirá ainda que possam ser apresentadas as tendências da investigação relacionadas com esta área de conhecimento.

## 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

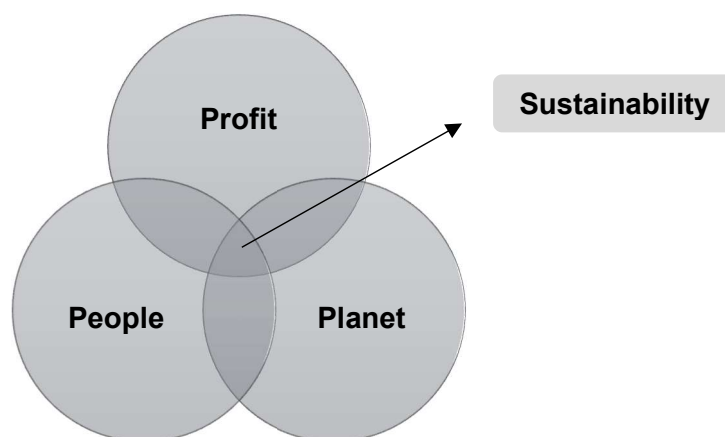
### 2.1 Divulgação e Desempenho Ambiental

As últimas décadas testemunharam um aumento da população mundial e da economia, ampliando a procura global de recursos e a degradação ambiental, sendo este um dos desafios mais prementes para a humanidade no século XXI, para o qual a solução está no conceito de sustentabilidade (Alam *et al.*, 2007).

Num contexto histórico, o termo “responsabilidade social” começou a ser utilizado nos anos cinquenta, com especial foco no dono da organização. Posteriormente, no início da década de setenta, a ideia de responsabilidade social das entidades surgia nos seus relatórios anuais, sendo que a divulgação ambiental era considerada apenas uma componente deste conceito.

Durante a década de noventa, o conceito *Triple-Bottom-Line* introduzido por Elkington (1994), é uma abordagem que enfatiza não só os objetivos económicos, mas também sociais e ambientais (Allenby & Deanna, 1999).

Estes conceitos estão interligados, dado que um bom desempenho empresarial dependerá da capacidade da organização para atingir os seus objetivos de forma eficiente e eficaz nas diferentes dimensões (Daft, 1991).



**Figura 2.1** *Triple-Bottom-Line*

Fonte Adaptado Miller (2020)

No contexto atual, o conceito de divulgação ambiental representa conceptualmente o ato de divulgar, expor ou divulgar informação ambiental (Mota & Pimentel, 2022).

Segundo Chouaibi, Miladi e Elouni (2022, p. 52), todas as entidades “procuram três objetivos finais: prosperidade económica, equidade social e sustentabilidade ambiental”.

Face ao exposto, tendo em consideração a existência de uma maior necessidade de transparência por parte das entidades, de acordo com Cormier, Lapointe-Antunes e Magnan (2014), a divulgação de informações ambientais permite que as organizações comuniquem as suas práticas e atividades às partes interessadas.

Acresce ainda que a transparência do relato na abordagem a este tema permite que as entidades demonstrem a sua gestão ambiental, bem como a revelação do impacto ambiental provocado pela entidade, transformando-se numa fonte de informação sobre eficiência e eficácia das estratégias de sustentabilidade (Cormier, Lapointe-Antunes & Magnan, 2014; Zhang & Yang, 2023).

A divulgação permitiu a existência de um relatório integrado que “conduz à integração da sustentabilidade na estratégia empresarial” e serve de “instrumento utilizado pelo órgão de administração para comunicar com as partes interessadas” (Havlová, 2015, p. 232).

As práticas de divulgação do desempenho ambiental nos relatórios financeiros proporcionarão uma boa reputação à entidade, bem como “uma estratégia de proteção e/ou defesa no ato de encobrir práticas de engenharia de lucros” (Wardani & Santi, 2018, p. 22).

Segundo o estudo realizado por Wang, Zhang e Ullah (2023), são importantes as práticas de governação empresarial, a qualidade da divulgação de informações e a atenção dos investidores para a obtenção de um desempenho ambiental ótimo.

Por outro lado, numa investigação mais direcionada para a vertente do controlo interno, Tao, Wei e Wang (2023) utilizam uma amostra de entidades cotadas em bolsas de valores de Xangai e Shenzhen, no período compreendido entre 2013 e 2021, demonstrando que o controlo interno de alta qualidade contribui para melhorar o desempenho ambiental e para o desenvolvimento ecológico das empresas.

No atual ambiente empresarial, a sustentabilidade é medida não só pelos aspetos económicos, mas também pela incorporação de considerações ambientais e sociais nas suas atividades, uma vez que os *stakeholders* pressionam as organizações a adotar práticas sustentáveis para garantir a viabilidade a longo prazo e a preservação dos recursos para as gerações futuras (Tajuddin, Akter, Mohd-Rashid & Mehmood, 2023).

A referida pressão tem conduzido a que exista um maior volume de informação divulgação relativamente ao pilar ambiental, o que redundará num aumento do desempenho relativo a estas matérias.

## **2.2 O Órgão de administração e o desempenho ambiental**

### **2.2.1 O papel do órgão de administração**

Os membros do órgão de administração devem assegurar a consistência nas atividades da organização, incentivando a tomada de decisões eficazes e reforçando as práticas sustentáveis, tal como defendem Kamenjarska e Ivanovski (2020).

Acresce ainda que o órgão responsável pelo “estabelecimento de estratégias de negócio e pela tomada de decisão (...) de acordo com os regulamentos relativos às questões ambientais e aspetos sociais” (Mititean, 2023, p.131) é o órgão de administração, desempenhando um papel importante na gestão de uma entidade.

No seguimento desta afirmação, conforme defendem Terjesen, Aguilera e Lorenz (2015) e Wijethilake, Perera e Sujatha (2015), este papel é um mecanismo de governação empresarial importante para atenuar os problemas existentes e incentivar a operar de uma forma eficiente.

Além disso, a boa governação permite a criação de um valor sustentável e proporciona um sistema de práticas e princípios baseados na integridade e do interesse para as partes interessadas (Kamenjarska & Ivanovski, 2020).

A utilização de um conjunto de mecanismos de supervisão, controlo e legitimidade por parte do órgão de administração, permite que seja demonstrada equidade e transparência no processo de trabalho e tomada de decisões, obtendo uma boa governação empresarial (Singh, 2020; Tojedo-Romero & Araujo 2022), bem como um papel importante nos relatórios de sustentabilidade.

Se a monitorização dos mecanismos referidos anteriormente for mal efetuada, poderá aumentar o risco empresarial (Sandvik, 2020). Segundo Kamenjarska e Ivanovski (2020), de forma a reduzir este risco para os investidores, é preciso criar boas práticas de governação e utilizar as oportunidades de investimento.

De acordo com a investigação de Santos (2009, p. 4), é fundamental que “a empresa crie riqueza e valor para todos os grupos de interesse e garanta a sua perenidade, numa base

sustentável”. O mesmo autor afirma ainda que a diversidade de opiniões e a vitalidade do processo deliberativo é muito influenciado pelas administrações.

Contudo, o órgão de administração necessita do envolvimento dos *stakeholders* e do apoio e aprovação da direção, para legitimar a tomada de decisão (Sicius, 2022). O processo de incorporação de princípios de sustentabilidade nas operações é complexo e caracteriza-se pelo conflito entre os objetivos ambientais e a rentabilidade da entidade (Bianchi & Testa, 2022; Hahn, Figge, Pinkse & Preuss, 2018; Ivory & Brooks, 2018).

Ainda assim, é do interesse do órgão de administração legitimar a empresa e mostrar a sua contribuição para os desafios globais (Chan, Watson & Woodliff, 2014; Michelin & Parbonetti, 2012). Segundo Singh (2020) e Tojedo-Romero e Araujo (2022), é possível afirmar que as decisões são influenciadas por características como a dimensão do órgão de administração, a sua independência e a diversidade.

### **2.2.2 A influência das características do órgão de administração no desempenho ambiental**

As organizações devem considerar uma estrutura de órgão de administração consistente, de forma que seja desenvolvida “uma gestão eficiente, um aumento do desempenho financeiro e um maior valor da empresa” (Kamenjarska & Ivanovski, p.292, 2020).

Michelon e Parbonetti (2012) defendem que o fornecimento de legitimidade e o reforço da imagem pública da entidade podem ser associados à adoção de práticas ambientais, identificando várias características do órgão de administração como determinantes.

As características desta estrutura são o reflexo de natureza do ambiente económico, institucional e financeira em que se tomam as decisões da organização, sendo que dá uma maior importância às características dos proprietários do que às características da própria organização (Santos, 2009).

A diversidade é um atributo essencial para desafiar a direção executiva de uma entidade e o envolvimento dos *stakeholders*. Os membros do órgão de administração caracterizam-se pelo género, idade, habilitações literárias, etnia e nacionalidade, sendo que o resultado destas diferenças demográficas dá origem ao conceito de diversidade (Hoang, Abeysekera & Ma, 2018; Zhao & Abeysekera, 2023).

A adoção da responsabilidade social, segundo Borghesi, Houston e Naranjo (2014), exige uma transformação dos recursos humanos, do diretor executivo e, sobretudo, do órgão de administração, sendo que a decisão de divulgar informação ambiental é tomada pela

gestão para servir melhor o interesse dos investidores (Buniamin *et al.*, 2011; Ngo, Van & Luu, 2019).

Deste modo, com o objetivo de garantir a transparência do desempenho ambiental dentro de uma empresa, o conselho deve garantir uma avaliação suficiente de membros independentes capazes de resolver potenciais conflitos de interesses (Ionel-Alin, Emil & Maria, 2012).

Face ao exposto, é expectável que as características do órgão de administração tenham uma influência significativa no desempenho ambiental da entidade (Abedin *et al.*, 2023) e impacto nas práticas e na divulgação de informações da entidade (Cuadrado-Ballesteros, Martínez-Ferrero & García-Sánchez, 2017).

Com isto, os autores Bezemer, Pugliese, Nicholson e Zattoni (2022), Enciso-Alfaro e García-Sánchez, (2022) e Pandey, Andres e Kumar (2022) afirmam que este tema é atualmente um dos mais investigados e relevantes.

Assim, nas secções seguintes, serão abordadas um conjunto de características que agem como elemento influenciador do desempenho ambiental.

### **2.2.2.1 Dimensão**

A dimensão do conselho é uma das características mais estudadas (Tibiletti, Marchini, Furlotti & Mediolini, 2021), uma vez que o número de membros influencia indiretamente o funcionamento do conselho e, conseqüentemente, o seu desempenho (Biswas, Mansi & Pandey, 2018).

De acordo com os estudos realizados por Manita, Bruna, Dang e Houanti (2018); Meng e Zhang, (2022) e Tajuddin *et al.*, (2023) os conselhos de administração de maior dimensão representam todas as partes interessadas e reúnem membros diversificados e especializados que podem assegurar o acompanhamento e a supervisão.

Seguindo a mesma perspectiva, Azlan, Say, Riduan e Devi (2015) e Hsiang-Tsai, Lin e Chen (2022) defendem que as organizações com uma maior dimensão utilizam a divulgação de informações ambientais e conseqüentemente o seu desempenho como estratégia para estabelecer a sua credibilidade e imagem perante as partes interessadas.

Kaymak e Bektas (2017) e Ntim, Lindop e Thomas (2013) referem também que o maior número de administradores no órgão de administração melhora as capacidades de monitorização do conselho, o que, por sua vez, melhora tanto a sua transparência como as atividades de divulgação.

Cosma, Schwizer, Nobile & Leopizzi (2021) acrescentam que um conselho maior permite ter uma maior possibilidade de incluir membros com experiência em temas ambientais, o que é essencial para orientar as decisões do conselho para escolhas ambientalmente conscientes.

Deste modo, um órgão de administração de grande dimensão está sujeito a uma redução do oportunismo da gestão, bem como a valorização das responsabilidades sociais e ambientais (Sun *et al.*, 2010).

Acresce ainda que, de acordo com Tajuddin *et al.* (2023), um órgão de administração de grandes dimensões pode dificultar a apresentação de relatórios de sustentabilidade devido a mal-entendidos e desacordos que podem surgir.

No seguimento desta perspetiva, Buniamin, Alrazi, Johari e Rahman (2008) concluíram que quanto maior o número de membros do órgão de administração, menor o nível de divulgação das organizações e, segundo Said, Zainuddin e Haron (2009), o papel não será desempenhado de forma eficiente e conduzirá a uma coordenação ineficaz.

Beiner, Drobetz, Schmid e Zimmermann (2004), Lakhali (2005) e Raheja (2003) acrescentam que um órgão de administração mais pequeno permite uma maior eficiência na redução de conflitos e mais eficazes no controlo das ações de gestão. Yoshikawa e Phan (2003) referem que os conselhos com maior dimensão tendem a ser menos coesos e mais difíceis de coordenar.

Birindell, Dell'Atti, Iannuzzi e Savioli., (2018); Disli e Mohamed (2022) e Hussain, Rigoni e Orij (2018) revelam ainda que os conselhos de administração mais pequenos são mais dinâmicos e eficientes no que respeita às práticas de sustentabilidade, devido à sua capacidade de incorporar diferentes perspetivas das partes interessadas.

A este propósito, Ado, *et al.* (2024), Alfrah (2016); Frías-Aceituno, Rodríguez-Ariza e García-Sánchez (2013); Ahmad, Wong e Rajoo (2019); Donnelly e Mulcahy (2008); Gerged (2021); Giannarakis (2014); Khairredine, Salhi, Aljabr e Jarboui (2020); Nursimloo, Ramdhony e Mooneeapen (2020); Raimo, de Nuccio e Vitolla (2021); Rao, Tilt e Lester (2012) e Trireksani e Djajadikerta (2016) efetuaram estudos que demonstraram, ao contrário dos resultados anteriores, a existência de uma relação positiva entre os membros do órgão de administração e o nível de divulgação e desempenho ambiental.

No entanto, Rahmi, Adrianto e Alfarisi (2024), Prado-Lorenzo e Garcia-Sanchez (2010) e Cormier, Ledoux, Magnan e Aerts (2010) encontraram evidência empírica de uma relação negativa. Santos (2009) menciona também que um número reduzido pode pôr em causa a independência e estar na génese de situações de conflito entre os membros do órgão.

Ezhilarasi e Kabra (2017) realizaram um estudo que revelou uma fraca relação entre o órgão de administração e a divulgação de políticas de sustentabilidade, visto que um conselho maior pode gerar uma menor divulgação. Hoang, Przychodzen, Przychodzen, e Segbotangni (2021) acrescentam que o número de membros do órgão de administração não é um fator que contribuiu para melhorar o desempenho ambiental e a transparência.

García-Sánchez, Rodríguez-Ariza, Aibar-Guzmán e Aibar-Guzmán (2020), Pizzi, Rosati e Venturelli (2021); Rojas e Yahaya (2024) e Zampone, Nicolò, Sannino e De Iorio (2022) não almejam alcançar conclusões significativas do ponto de vista estatístico que sustentem qualquer relação.

Tendo em consideração as conclusões de Biswas *et al.* (2018), o desempenho social e ambiental é significativa e positivamente afetado pela dimensão do órgão de administração.

A análise da literatura revela que a dimensão do órgão de administração apresenta implicações distintas no desempenho social e ambiental das organizações. Por um lado, conselhos de maior dimensão tendem a incluir membros diversificados e especializados, aumentando a capacidade de monitorização, a transparência e a adoção de práticas ambientalmente conscientes. Este aspeto pode favorecer a credibilidade organizacional junto das partes interessadas e impulsionar estratégias de divulgação ambiental, contribuindo para uma gestão mais responsável e alinhada com as exigências de sustentabilidade. Contudo, a diversidade e a amplitude destes conselhos também podem originar dificuldades de coordenação e pouca comunicação, prejudicando a eficiência e a clareza dos relatórios de sustentabilidade.

Por outro lado, conselhos de menor dimensão destacam-se pela sua coesão e dinamismo, o que facilita a tomada de decisões e o controlo eficiente das ações de gestão. No entanto, a sua capacidade de incorporar múltiplas perspetivas das partes interessadas pode ser limitada, e há um risco de conluio ou falta de independência entre os membros. Assim, apesar da evidência empírica variar quanto aos efeitos positivos e negativos da dimensão do conselho, a eficácia do mesmo parece depender de um equilíbrio que promova tanto a diversidade e especialização como a eficiência operacional, em alinhamento com os objetivos sociais e ambientais das organizações.

### **2.2.2.2 Independência**

O conceito de “independência do órgão de administração” na governação empresarial significa que os membros do conselho não estão diretamente associados às atividades da entidade (Amahalu, Abiahu, Nweze & Obi, 2017).

Os administradores independentes podem contribuir com perspectivas e conhecimentos diversificados para o órgão de administração, proporcionar uma maior supervisão e responsabilização e promover práticas ambientais e sociais mais sólidas (Almaqtari, Elsheikh, Hashim & Youssef, 2024; Orumwense & Osa-Izeko, 2023; Solikhah, Wahyudin, Al-Faryan Iranda, Hajawiyah & Sun, 2022).

Al-Zaqeba *et al.* (2023) indicam que a independência do órgão de administração desempenha um papel crucial para assegurar uma governação empresarial eficaz. Villiers e Van Staden (2011) e Prado-Lorenzo e Garcia-Sanchez (2010) acrescentam que a responsabilização dos membros aumenta, visto que não estão sujeitos a pressões competitivas significativas.

Além disso, a independência afeta a capacidade de uma entidade para fornecer uma divulgação ambiental transparente a um conjunto diversificado de partes interessadas (Almaqtari, Elsheikh, Abdelkhair & Mazrou, 2023; Chebbi & Ammer, 2022; Habbash, 2016; Muttakin, Khan & Subramaniam, 2015; Pulino, Ciaburri, Magnanelli & Nasta, 2022; Samaha, Khlif & Hussainey, 2009; Wijayanti & Setiawan, 2023).

Baalouch, Ayadi e Hussainey (2019) identificaram a importância da independência do órgão de administração para explicar as variações na qualidade das divulgações ambientais, bem como a melhoria da sua imagem pública (Hillman & Dalziel, 2003). Os membros são menos manipulados pelo diretor executivo, contribuindo para uma maior transparência, acrescentam Ibrahim e Hanefah (2016).

Vários estudos propõem uma associação positiva entre a percentagem de administradores independentes que fazem parte de um órgão de administração e um melhor desempenho ambiental (Abdelhaq, Dwekat, Atout, & Nour, 2024; Abedin, *et al.*, 2023; Campanella, Serino, Crisci & D’Ambra, 2021; Lone, Ali & Khan, 2016; Fernandes, Bornia e Nakamura, 2018; Ienciu, Emil & Maria, 2012; Mehedi, Maniruzzaman & Akhtaruzzaman, 2024; Naseem, Riaz, Rehman, Ikram & Malik., 2017).

Em contrapartida, Majeed, Aziz e Saleem (2015) e Uyar, Kuzey, Kilic e Karaman (2021) referem que a independência está associada de forma negativa e positiva ao desempenho ambiental, visto que os membros do conselho podem depender dos gestores para o fluxo de informações sobre os níveis de divulgação ambiental e, por sua vez, segundo os autores

Ghabayen, Mohamad e Ahmad (2016); Kravet e Muslu (2013) e Rao e Tilt (2016), poderá proporcionar uma diminuição de transparência dos relatórios financeiros da empresa.

Kumari, Makhija, Sharma e Behl (2022), Orazalin (2019), Rahmi, Adrianto e Alfarisi (2024), Salehi, Tarighi e Rezanezhad (2017) e Trireksani e Djajadikerta (2016) não encontraram nenhuma relação entre os membros independentes e o desempenho ambiental.

A independência do órgão de administração emerge como um fator central na governação empresarial, com implicações significativas no desempenho ambiental das organizações. A literatura evidencia que administradores independentes podem contribuir para uma supervisão mais eficaz, uma maior responsabilização e a promoção de práticas ambientais robustas. Este perfil independente reforça a transparência das divulgações ambientais, permitindo que as organizações atendam às expectativas de um conjunto diversificado de partes interessadas. Além disso, a ausência de ligações diretas à gestão operacional reduz o risco de manipulação por parte do diretor executivo, promovendo uma imagem pública mais sólida e credível.

Contudo, a relação entre a independência do conselho e a divulgação ambiental não é consensual, apresentando resultados mistos. Alguns estudos destacam que a dependência dos gestores para o fluxo de informações pode limitar a eficácia dos administradores independentes, comprometendo a transparência. Outros não identificaram qualquer relação significativa, sugerindo que o impacto da independência pode variar consoante fatores contextuais, como a estrutura organizacional ou a cultura empresarial. Estas divergências evidenciam a necessidade de investigações futuras que explorem as condições em que a independência do conselho pode contribuir, de forma consistente, para uma maior sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

### **2.2.2.3 Diversidade de género**

Os conselhos de administração que favorecem a sustentabilidade tendem a ser mais diversificados em termos de género, aplicando-se esta relação em organizações financeiras (Orazalin, 2019) como a organizações não financeiras (Nicolò, Zamponi, Sannino & De Iorio, 2021).

Nos últimos anos tem sido verificado um aumento da diversidade de género nos conselhos de administração das organizações (Ararat & Yurtoglu, 2021), sendo crucial para a criação de valor de uma entidade (Huse, 2018).

Contudo, tal como os autores Sener e Karaye (2014) mencionam, o padrão persistente do pensamento de que os homens detêm o poder absoluto na sociedade, tem sido um obstáculo à ascensão de mulheres para cargos executivos. Davidson e Freudenburg (1996) acrescentam que as mulheres tendem a interessar-se mais por temas ambientais, em comparação com o gênero masculino.

Desde 2005, diferentes países da União Europeia têm implementado quotas femininas obrigatórias para as suas organizações cotadas em bolsa. No entanto, em países que não dispõem desta obrigatoriedade percentual, as organizações são “encorajadas a divulgar as suas políticas de diversidade género (...) para impulsionar o crescimento na obtenção de conselhos de administração” com esta diversidade (Alves, 2023, p. 1).

Esta característica está associada a uma maior orientação para a divulgação de informações sociais das organizações e a uma maior influência no desempenho social (Al-Shaer & Zaman 2016; Ibrahim & Hanefah, 2016; Naciti, 2019).

É igualmente demonstrado de forma consistente que uma maior proporção de mulheres no órgão de administração está positivamente associada a uma maior divulgação de questões de divulgação ambiental e podem reduzir as práticas sociais negativas (Alsayegh, Rahman & Homayoun, 2020; Almaqtari *et al.*, 2023; Cincalova & Hedija, 2020; Elsheikh, Hashim, Mohamad, Youssef & Almaqtri, 2023; Elsheikh, Hashim, Mohamad, Almaqtri & Ettish, 2022; Vitolla, Raimo & rubino, 2020). Assim, ocorre um maior envolvimento das partes interessadas nas decisões do órgão de administração (Kumari *et al.*, 2022).

Em linha com o referido, Wang, Nadeem, Malik e Xiong (2024), Khan (2022), Arayssi, Jizi e Tabaja (2020) e Qureshi, Kirkerud, Theresa e Ahsan (2020) mencionam que a presença de mulheres no órgão de administração está associada a uma maior ênfase nas práticas sociais e sustentáveis na sala de reuniões, bem como o aumento de eficácia na monitorização das tarefas (Fama & Jensen, 1983).

Além disso, as diretoras tendem a exigir critérios mais rigorosos para a elaboração de relatórios ambientais (Seto-Pamies, 2013), a aumentar a clareza da divulgação (Cabeza-García, Fernández-Gago & Nieto, 2018; Ginesti, Drago, Macchioni & Sannino, 2018; Issa & Fang, 2019) e a evitar que as mesmas realizem investimentos prejudiciais ao ambiente, visto que tendem a decidir com maior prudência e optar por opções com menos risco (Borghans, Golsteyn, Heckman & Meijers, 2009; Croson & Gneezy, 2009; Przychodzen, Gómez-Bezares & Przychodzen., 2018).

Em linha, Abdelhaq, Dwekat, Atout, e Nour (2024), Alazzani, Hasanein e Aljanadi (2017), Ben-Amar, Chang e McIlkenny (2017), Issa e Fang (2019), Manita *et al.* (2018), Martinez, Cruz Rambaud e Parra Oller (2019), Nwude e Nwude (2021), Prabowo, Jamin, Saputro,

Mufraini e Agustia (2017), Qureshi *et al.* (2020), Rao e Tilt (2016), Rojas e Yahaya (2024), Suttipun (2021), Shoham, Almor, Lee e Ahammad (2017), Tingbani, Chithambo, Tauringana e Papanikolaou (2020), Zampone *et al.* (2022) e Zahid *et al.* (2020) identificaram uma relação positiva e significativa entre a diversidade de gênero no órgão de administração e a divulgação da sustentabilidade.

Por outra perspectiva, Dyduch e Krasodomska (2017), Masud, Nurunnabi e Bae (2018) e Rahmi, Adrianto e Alfarisi (2024) exploraram a potencial influência da diversidade no nível de informação divulgada relacionada com a responsabilidade social e concluíram que a presença de mulheres no órgão de administração não apresenta relação com o nível de divulgação.

Husted e Sousa-Filho (2018), após efetuarem um estudo ao mercado latino, identificaram que a presença do gênero feminino no órgão de administração tem um impacto negativo na divulgação de informações ambientais.

Assim sendo, apesar de existirem várias perspectivas sobre o tema em questão, existe um maior número de estudos que defendem a influência positiva entre a presença de mulheres no órgão de administração e a divulgação ambiental.

Concluindo, a diversidade de gênero nos conselhos de administração desempenha um papel relevante na promoção de práticas ambientais e sociais sustentáveis, embora as suas influências possam variar dependendo do contexto organizacional e cultural. A presença feminina nos conselhos está frequentemente associada a uma maior transparência na divulgação ambiental e a uma orientação estratégica mais alinhada com os princípios da sustentabilidade. Estas contribuições reforçam a capacidade das organizações para responderem às exigências de *stakeholders* e para adotarem práticas empresariais mais responsáveis e prudentes. No entanto, é essencial que estas medidas de diversidade sejam acompanhadas por estratégias de integração que potenciem o impacto das mulheres no processo decisório.

Apesar do consenso sobre os benefícios da diversidade de gênero, algumas investigações apontam para a inexistência ou até para uma relação negativa entre a presença de mulheres nos conselhos e a divulgação ambiental. Estes resultados destacam a importância de analisar fatores contextuais, como a cultura empresarial e o ambiente regulatório, que podem condicionar a eficácia da diversidade de gênero. Assim, futuros estudos devem aprofundar estas nuances, investigando como diferentes configurações de conselhos podem maximizar o impacto positivo da diversidade no desempenho ambiental e na criação de valor sustentável para as organizações.

#### **2.2.2.4 Chief Executive Officer duality**

No contexto de governação empresarial, conforme refere Barako (2017, p.116), “a questão central frequentemente debatida é a de saber se a presidência do órgão de administração e os cargos de diretor executivo devem ser ocupados por pessoas diferentes (estrutura de liderança dualista) ou por uma só pessoa (estrutura de liderança unitária).”

Meeprom, Boonyanet e Tongkong (2024) mencionam que o impacto desta dualidade pode depender de fatores como “o ambiente da empresa, o setor, a governança corporativa e a atenção dada à ética”.

Numa estrutura de liderança unitária é aplicado o conceito CEO *duality*, tendo em consideração que uma única pessoa desempenha simultaneamente as funções de presidente do órgão de administração e de diretor executivo (Bear, Rahman & Post, 2010; Gerged, 2021; Hoang, *et al.*, 2021; Prado-Lorenzo & Garcia-Sanchez, 2010; Sartawi, Hindawi, Bsoul & Ali, 2014).

Segundo Ajanthan e Ramesh (2021), situação de dualidade de funções é comum nas organizações e geralmente resulta de uma incapacidade de adaptação às circunstâncias em mudança.

O CEO tem uma função mais executiva e o presidente do órgão de administração tem uma função maioritariamente de controlo e supervisão. Assim, de acordo com a opinião de Freitas Neto e Mol (2017), a pessoa que é responsável pela tomada de decisão deve ser diferente da pessoa que monitoriza o órgão de administração.

Em linha com o exposto, Upadhyaya e Roy (2017), identificam que uma estrutura de liderança dualista permite um melhor controlo do processo de tomada de decisão, contribuindo para uma maior divulgação voluntária de informação ambiental.

Devido à ausência de uma separação clara de funções, sendo distintas entre os cargos, poderá ser um motivo de inquietação (Dias, Rodrigues & Craig, 2017), visto que aumenta o risco de conflitos de interesses (Alfraih, 2016) e reduz o controlo (Dey, 2008).

Alkayed e Omar (2023) acrescentam que o facto de um indivíduo ser simultaneamente presidente do órgão de administração e diretor executivo, pode resultar num conflito de governação e de liderança e, conseqüentemente, em menos divulgações (Finkelstein, Hambrick & Cannella (2009); Giannarakis, 2014; Gul & Leung, 2004; Haniffa & Cooke, 2005; Li, Wu & Wu., 2017; Oware & Awunyo-Vitor, 2021).

Assim, em linha com o exposto, Freitas Neto e Mol (2017) e Hoang *et al.* (2021) defendem que a separação dos cargos pode melhorar a transparência ambiental e o desempenho das empresas.

Numa perspetiva distinta, o estudo efetuado por Meeprom, *et al.* (2024) revela que o conceito CEO *duality* tem uma relação positiva com a divulgação ambiental.

Por fim, os estudos efetuados por Abedin, *et al.* (2023) não revelam qualquer associação entre o CEO *duality* e a divulgação ambiental.

É consensual na literatura existente que o conceito CEO *duality* é uma variável que é expectável ter uma influência negativa ao nível da divulgação ambiental.

Em suma, a questão da dualidade de funções do CEO e presidente do órgão de administração continua a ser um tema central nas discussões sobre governação empresarial.

A literatura sugere que a separação clara dessas funções pode melhorar a supervisão e a transparência nas empresas, contribuindo para um melhor desempenho ambiental e uma maior divulgação de informações. Contudo, a relação entre CEO *duality* e divulgação ambiental não é unânime. Embora muitos estudos apontem para uma associação negativa entre a dualidade e a transparência ambiental, outros, sugerem que essa dualidade pode ter uma influência positiva na divulgação ambiental.

Assim, a relação entre a estrutura de liderança e a divulgação ambiental parece depender de diversos fatores contextuais, como o ambiente da empresa, o setor e a governança corporativa, e requer uma análise mais aprofundada para entender as suas implicações.

### **2.2.2.5 Membros não executivos**

O papel dos membros não executivos consiste especialmente em controlar o órgão de administração e garantir que este está no caminho certo e, com isto, têm um papel importante na determinação de estratégias de divulgação da entidade (Aladwey, Elgharbawy & Ganna, 2021; Busco, Malafronte, Pereira & Starita, 2019; Haniffa & Cooke, 2005; Lim, Matolcsy & Chow, 2007; Sartawi *et al.*, 2014), bem como a proteção dos interesses dos acionistas (Kamardin, Bakar & Ishak, 2017).

Amankwah-Amoah, Khan, Wood e Knight (2021) defendem que os conselhos de administração necessitam de membros não executivos com opiniões diversas,

competências e experiência profissional adequada, sendo necessário que estejam dispostos a investir tempo suficiente na função a desempenhar.

Mollah, Liljebloom e Mobarek (2021) e Patelli e Prencipe (2007) consideram este tipo de membros do conselho como um mecanismo de controle porque funcionam como um monitor independente.

Num estudo realizado por Yevheniia e Svitlana (2024) e Cheng e Courtenay (2006), demonstram que as organizações com uma proporção mais elevada de membros não executivos têm níveis de divulgação voluntária significativamente mais elevados, considerando que controlam eficazmente as atividades da entidade e mantêm a autonomia do órgão de administração (Solomon, 2007).

Assim, de acordo com Barros, Boubaker e Hamrouni (2013), Che-Adam, Lode e Hafizah (2019), Dojiba, Arena, Kozłowski, Krasodomska e Godawska (2022), Donnelly e Mulcahy (2008), Huafang e Jianguo (2007), Janicka e Sajnóg (2023) e Jouirou e Chenguel (2014), a divulgação ambiental está positivamente associada a um órgão de administração com membros não executivos.

Em contrapartida, Eng e Mak (2003) referem que existe uma relação negativa entre esta característica e a divulgação ambiental.

Em conclusão, a presença de membros não executivos no órgão de administração é um elemento essencial para promover a transparência e a divulgação de informações dentro das empresas, nomeadamente no que se refere à divulgação ambiental. A literatura sustenta que a sua independência e a diversidade de competências e opiniões são fundamentais para garantir a supervisão eficaz das atividades da entidade e proteger os interesses dos acionistas. Estudos como os de Yevheniia e Svitlana (2024) e Cheng e Courtenay (2006) demonstram que uma maior proporção de membros não executivos no órgão de administração está frequentemente associada a níveis mais elevados de divulgação voluntária, especialmente no que toca às práticas ambientais.

Contudo, nem todos os estudos concordam com esta conclusão, com alguns autores, como Eng e Mak (2003), a apontarem uma relação negativa entre a presença de membros não executivos e a divulgação ambiental.

Apesar dessa discordância, os resultados gerais sugerem que a presença de membros não executivos desempenha um papel fundamental na melhoria da governança e na promoção de uma maior transparência, especialmente nas questões ambientais.

Assim, a literatura aponta para a importância de integrar membros não executivos com o perfil adequado nos conselhos de administração, de forma a garantir uma gestão mais responsável e comprometida com a sustentabilidade e a transparência organizacional.

### 3. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Em termos metodológicos será realizada uma abordagem denominada de análise bibliométrica, considerada como uma das mais aplicadas para obter um maior conhecimento quantitativo acerca de um campo de pesquisa específico (Li, Wu & Wu, 2017).

Este método baseia-se em métodos matemáticos e estatísticos (Lawani, 1981 e Donthu, Kumar, Mukherjee, Pandey & Lim, 2021), utilizando dados como autores, palavras-chave, citações, fontes, anos de publicação, entre outros. De acordo com Hussein (2024, p.178), “este método aprimora revisões de literatura, fornecendo uma percepção sobre a evolução da pesquisa, identificando lacunas e orientando futuras direções”.

Zhao, Yang, Wang e Michelson (2023) acrescentam que esta metodologia permite uma melhoria da precisão e rastreabilidade do processo e dos resultados da análise, bem como uma maior compreensão de um determinado domínio do conhecimento.

Aplicando este tipo de análise, é fundamental identificar a necessidade de uma revisão sistemática para posteriormente selecionar os estudos e extrair os dados relevantes para uma síntese e futura divulgação (Kitchenham (2004).

Assim, de acordo com Tranfield, Denyer e Smart (2003) é possível investigar e sintetizar o conteúdo da literatura académica de uma determinada área de conhecimento e obter uma apreciação fiel à realidade do objeto de estudo (Lovatto, Lehnen, Andretta, Carvalho, & Hauschild, 2007).

Por fim, esta metodologia, tal como defendem Li, Ma e Qu (2017), fornece uma visão detalhada de como o conhecimento e a teoria de uma determinada problemática avançaram e como os critérios de pesquisa evoluíram.

De forma a selecionar os estudos mais relevantes para o tema de investigação em causa, foi realizada uma análise de acordo com o processo justificado e pormenorizado por Yang Yang, Khoo-Lattimore e Arcodia (2016), seguindo os seguintes passos:

1. Formular a questão de investigação;
2. Determinar as bases de dados adequadas;
3. Identificar a literatura relevante e analisar os estudos selecionados
4. Aplicar os critérios de seleção;
5. Avaliar a qualidade dos estudos, extrair e sintetizar os dados;
6. Apresentar os resultados.

### **3.1 Questão de investigação**

A questão de investigação subjacente a esta investigação é aquela que seguidamente se formula: “Qual o estado da arte relativamente à influência da composição do órgão de administração no desempenho ambiental das entidades?”.

Existe ainda um conjunto de questões derivadas que seguidamente são também apresentadas: Qual a evolução do número de publicações relacionadas com a temática em análise; Quais os países com maior influência nesta temática; Quais os journals com maior apetência para esta tipologia de publicações; Quais os autores com maior número de citações e quais as principais conclusões dos estudos analisados.

### **3.2 Base de dados e estratégia de pesquisa**

Com o intuito de analisar a evidência empírica existente, foi selecionado o repositório científico *Scopus* tendo em consideração o seu reconhecimento enquanto indexação de qualidade e compreende um elevado volume de informação disponível, relativamente a autores, artigos, instituições e países.

Esta base de dados permite a procura e extração de artigos, abrangendo uma quantidade superior de estudos em comparação com outras fontes de dados, como o *Web of Science* (Mongeon & Paul-Hus, 2015).

Os critérios de pesquisa são cruciais visto que podem “moldar e impactar significativamente os resultados subsequentes” (Zhao *et al.*, 2023, p.138). Com isto, a estratégia de pesquisa utilizada consistiu na seleção de palavras-chave denominadas de “*environmental disclosure*” ou “*environmental performance*”, “*board attributes*” e “*board characteristics*”, de forma a obter um conjunto de artigos que permitam efetuar uma revisão de literatura acerca da influência da composição do órgão de administração na divulgação ambiental das entidades.

A correspondência foi efetuada analisando o título, *abstract* e palavras-chave, sendo selecionados de acordo com a metodologia desenvolvida no subcapítulo seguinte.

### **3.3 Seleção e análise dos estudos**

Para a identificação inicial dos estudos, foi utilizada como estratégia de pesquisa, aquela que seguidamente se apresenta: (TITLE-ABS-KEY (*environmental AND disclosure*) AND TITLE-ABS-KEY (*board AND composition*) OR TITLE-ABS-KEY (*board AND attributes*) OR

TITLE-ABS-KEY (board AND characteristics) AND LIMIT-TO (LANGUAGE, “English”) AND DOCUMENT TYPE (Articles”) AND (EXCLUDE (PUBYEAR, <2010)). O critério de pesquisa utilizado encontra-se discriminado na Tabela 3.1.

**Tabela 3.1** *Estratégia de pesquisa SCOPUS*

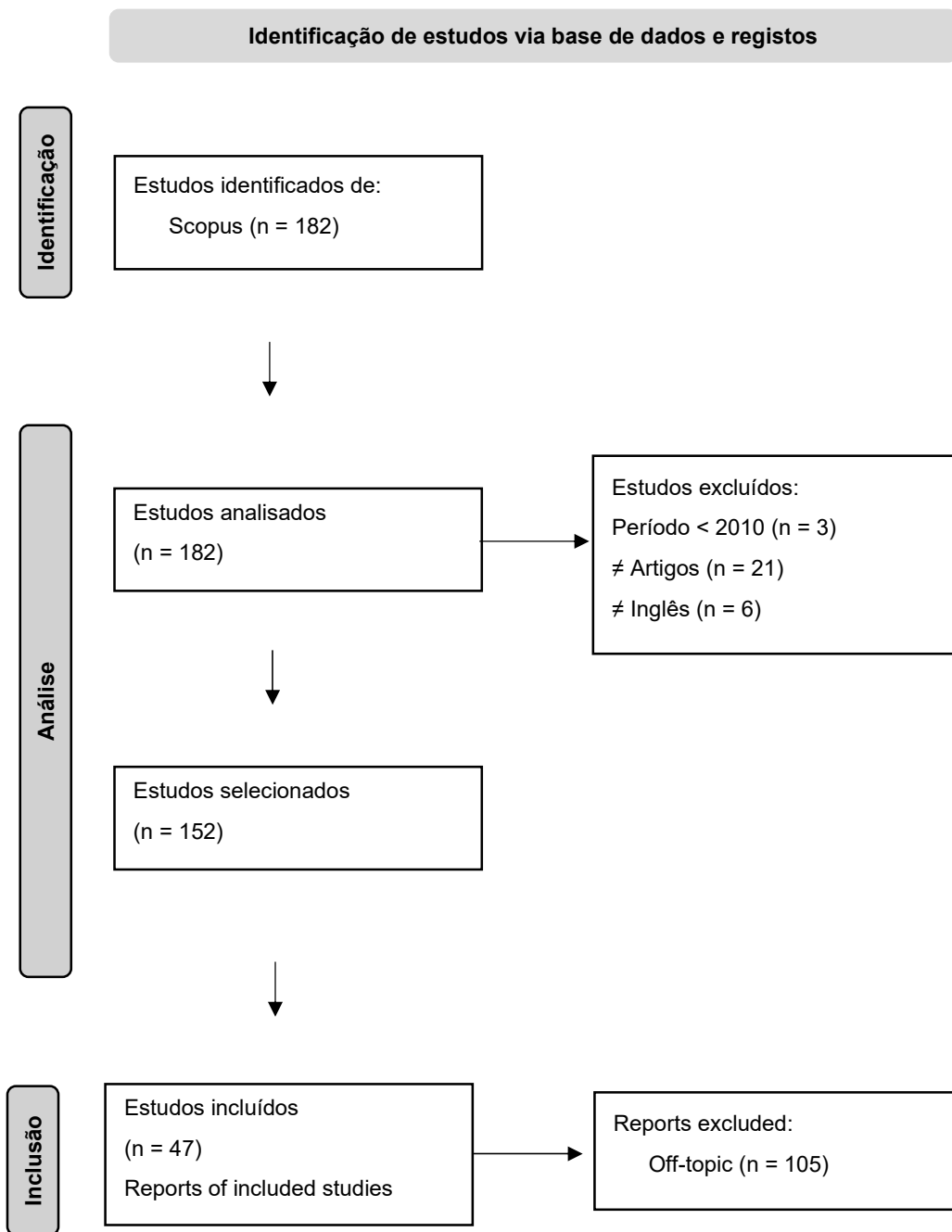
Fonte	SCOPUS: TITLE-ABS-KEY
<p><b>Keywords</b> (com filtro para documentos publicados posteriormente a 2010, apenas artigos escritos em inglês)</p>	<p>TITLE-ABS-KEY (<i>environmental</i> AND <i>disclosure</i>) AND TITLE-ABS-KEY (<i>board</i> AND <i>composition</i>) OR TITLE-ABS-KEY (<i>board</i> AND <i>attributes</i>) OR TITLE-ABS-KEY (<i>board</i> AND <i>characteristics</i>) AND LIMIT-TO (LANGUAGE, “English”) AND DOCUMENT TYPE (<i>Articles</i>) AND (EXCLUDE (PUBYEAR, &lt;2010))</p>
<p><b>Resultados</b></p>	<p>47 documentos (Apêndice I)</p>

**Fonte** Adaptado de Tavares *et al.* (2023)

Para realização da análise bibliométrica, foram seguidas as recomendações do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), onde menciona um fluxograma com os três blocos estratégicos: 1. identificação, 2. Seleção e 3. inclusão.

A seleção e a avaliação dos artigos seguiram os critérios predefinidos e foram suportados pela revisão sistemática e meta-análise (PRISMA) que, segundo Moher, *et al.*, (2010), é útil na fase de extração de dados. O diagrama demonstra que, de 182 estudos identificados, foram excluídos 134 documentos com base nos critérios de exclusão e seleção. Após esta fase, foram selecionados 47 artigos que integram a revisão sistemática a efetuar, conforme demonstra a Figura 3.1.

Este protocolo, de acordo com Priyan, Nyabakora e Rwezimula (2023, p. 156), é um conjunto de itens “destinado a ajudar os autores científicos na elaboração de uma variedade de revisões sistemáticas”, que são usadas principalmente para avaliar as vantagens e desvantagens de uma certa problemática. Gough, Oliver e Thomas (2012) acrescentam que este método ajuda a destacar maneiras para que o tipo de estudo relatado de forma completa e transparente.



**Figura 3.1** Diagrama de fluxo da seleção da literatura (PRISMA)

Fonte: Adaptado de <http://www.prisma-statement.org/>

### 3.4 Aplicação dos critérios de seleção

Relativamente aos critérios de inclusão e exclusão de artigos, os mesmos são sistematizados na Tabela 3.2.

**Tabela 3.2** Critérios de inclusão e exclusão da revisão sistemática

Inclusão	Exclusão
Estudos associados às palavras-chave	Publicações que não se inserem nas palavras-chave
Investigação publicada entre os anos 2010-2023	Documentos publicados até ao ano 2010
Documentos relacionados com contabilidade, economia, finanças	Todos os documentos em que o trabalho completo esteja indisponível
Tipo de documento: artigos	Documentos duplicados na base de dados

### 3.5 Extração e síntese dos dados

Com o intuito de efetuar e desenvolver uma análise da literatura, foi utilizado o software de mapeamento do conhecimento *VOS Viewer* (versão 1.6.20) relativamente a um conjunto de aspetos caracterizadores dos estudos selecionados (Van Eck e Waltman, 2010).

Este programa permite a criação de mapas bibliométricos a partir de dados extraídos de algumas bases de dados, como Web Of Science, Dimensions, Lens, Scopus ou PubMed (Misa, 2023). Aivaz e Hubel (2023) acrescentam ainda que este software permite a criação de vários tipos de análise e produz um mapa de rede que destaca as características partilhadas entre os autores citados numa determinada base de dados (Eck & Waltman, 2017).

O principal objetivo de uma análise bibliométrica consiste na medição quantitativa de números, o nível de crescimento e a tendência das publicações científicas sobre um determinado tópico (Mao *et al.*, 2018 e Gajdosikova & Valášková, 2022). Ahmad *et al.* (2018) acrescentam que as extrações de registos bibliográficos (o resumo, palavras-chave, área temática ou lista de referências bibliográficas) são o objeto de uma pesquisa bibliométrica.

## 4. Resultados e Discussão

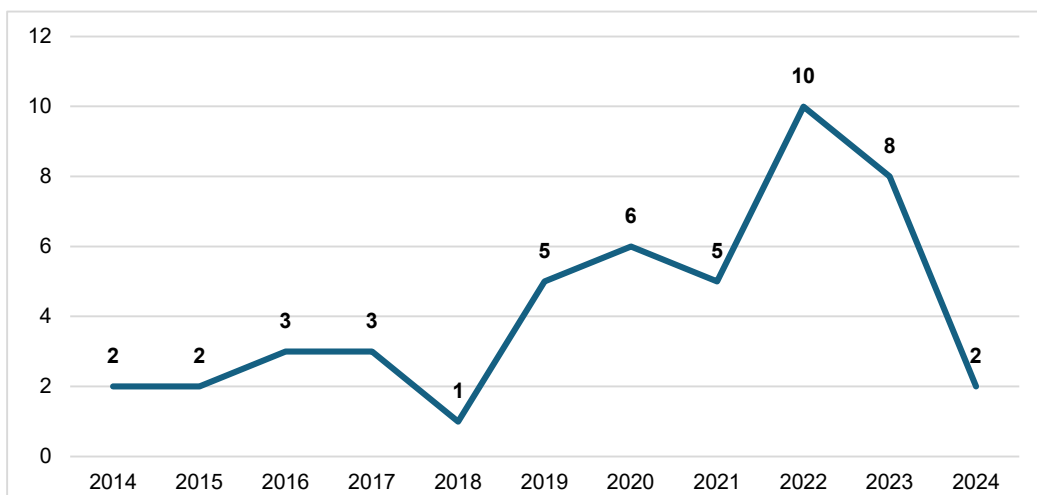
A análise foi efetuada com base em 47 artigos selecionados de acordo com os critérios identificados, obtidos através da base de dados Scopus, sendo para tal possível a exportação de um ficheiro em formato Comma-separated values (CSV), com a informação dos estudos selecionados (Apêndice I).

### 4.1 Análise do número de publicações

Com base na Figura 4.1, os estudos selecionados apresentam um crescimento, tal como referido no estudo efetuado desenvolvido por Hua, Hasan e Costa (2023). Embora em 2018 tenha ocorrido uma quebra no número de publicações, nos períodos seguintes verifica-se um crescimento constante e gradual, atingindo o máximo em 2022 (10 publicações).

Este máximo atingido poderá estar relacionado com a pandemia que se iniciou em 2020, aumentando a importância de fatores ambientais e sociais no mundo corporativo (Petrica, Caraiani, Lungu, & Anica-Popa, 2024).

Por outro lado, no estudo efetuado por Nyabakora e Mohabir (2024), este argumento é utilizado como justificação de uma diminuição dos estudos. Como resultado, Vineis e Mangone (2022) defendem que o aumento pela pesquisa relacionada com o desempenho ambiental é justificado pela procura dos investidores por organizações que priorizam a sustentabilidade.



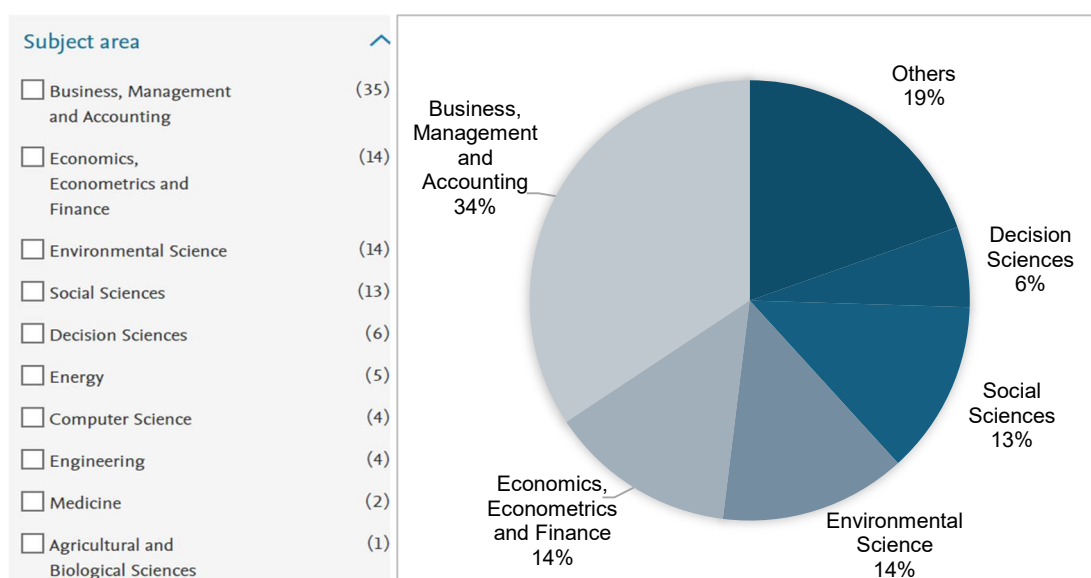
**Figura 4.1** Publicações por ano

Fonte: Elsevier Scopus Website

A maioria dos artigos foram publicados nos últimos anos, especificamente entre 2019 e 2023, totalizando 72% dos estudos selecionados. Este crescimento sugere que o tema da influência da composição do órgão de administração e o seu efeito no desempenho ambiental das entidades é uma área atual, em crescimento e cujo impacto no contexto societário é elevado.

## 4.2 Análise por área de publicação

Como se pode observar na Figura 4.2, as categorias mais utilizadas foram a *Business, Management and Accounting* com 35 artigos representando 34%, de seguida a *Economics, Econometrics and Finance* (15) representando 14%, *Environmental Science* (14) representando também 14% e *Social Sciences* (13) representando 13%, perfazendo assim um total de 75% dos artigos selecionados.



**Figura 4.2** Publicações por categoria

**Fonte:** Elsevier Scopus Website

Este tipo de análise permite que seja feito um resumo das áreas onde predominantemente são publicados os artigos relacionados com esta temática.

Salientar ainda que dos 47 documentos analisados e, segundo a Tabela 4.1, os periódicos com maior incidência foram o *Journal of Applied Accounting Research* e *Social Responsibility Journal*. Na categoria intitulada “Outros” estão incluídos 33 trabalhos dispersos por 33 revistas diferentes.

**Tabela 4.1 Documentos por fonte**

Fonte	Quantidade	%
Journal of Applied Accounting Research	3	6%
Social Responsibility Journal	3	6%
Business Strategy and the Environment	2	4%
Corporate Social Responsibility and Environmental Management	2	4%
Environmental Science and Pollution Research	2	4%
Indian Journal of Corporate Governance	2	4%
Outros	33	70%

**Fonte:** Elsevier Scopus Website

Para uma análise mais específica, foi utilizada a *SCImago Journal & Country Rank* sendo esta uma plataforma que contém classificações científicas de periódicos, podendo ser utilizadas para avaliar e analisar as suas componentes, bem como a possibilidade de comparação. Assim, é possível realizar uma análise ao pormenor das fontes mais utilizadas nesta amostra.

Utilizando uma análise por quartis, os mesmos são obtidos pela divisão do número total de revistas de uma categoria por 4, permitindo a sua classificação em Q1, Q2, Q3 e Q4. O indicador *SCImago Journal Rank* (SJR) difere as cores da forma como se segue:

**Tabela 4.2 Quartis segundo o indicador SJR**

<b>Q1</b>	Encontram-se as revistas de topo de uma categoria, entre os 75% e 100%
<b>Q2</b>	Revistas no grupo de 50% a 75%
<b>Q3</b>	Revistas no grupo de 25% a 50%
<b>Q4</b>	Revistas até 25%

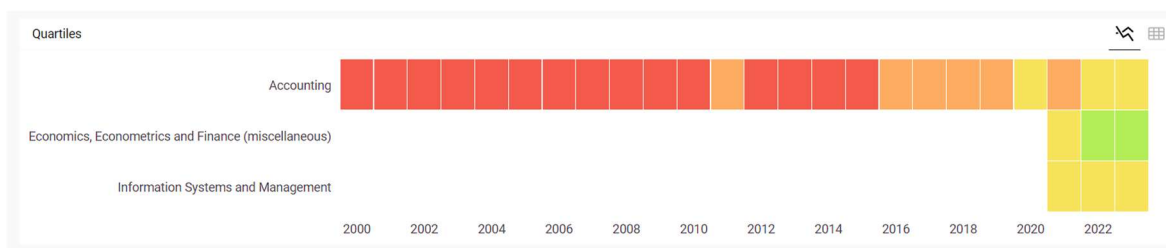
**Fonte:** <https://feup.libguides.com/ondepublicar/scimago>

Adicionalmente, o indicador SJR é uma medição da influência científica dos periódicos que considera, tanto o número de citações recebidas por um periódico, como a importância ou prestígio dos periódicos de onde essas citações provêm.

Neste contexto, seguidamente será possível analisar a evolução dos dois periódicos com maior percentagem na amostra selecionada (6% cada).

#### 4.2.1 *Journal of Applied Accounting Research*

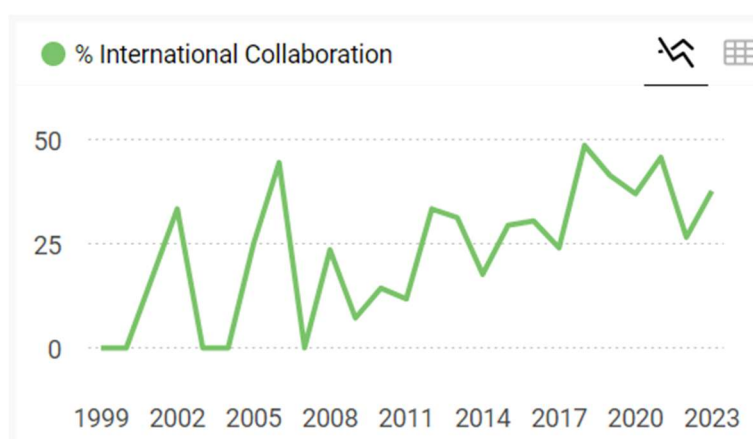
Este periódico focava-se inicialmente na área de contabilidade, tendo abrangido as áreas de economia e finanças e sistemas de informação a partir do ano de 2020. Em relação à sua classificação, melhorou substancialmente nos últimos 4 anos, mantendo-se no quartil Q2 (figura 4.3), desde 2022 na área da contabilidade. Salientar ainda que na área de economia, econometria e finanças a revista encontra-se no quartil Q1.



**Figura 4.3** *Quartis do Journal of Applied Accounting Research*

**Fonte:** SCImago Journal & Country Rank website

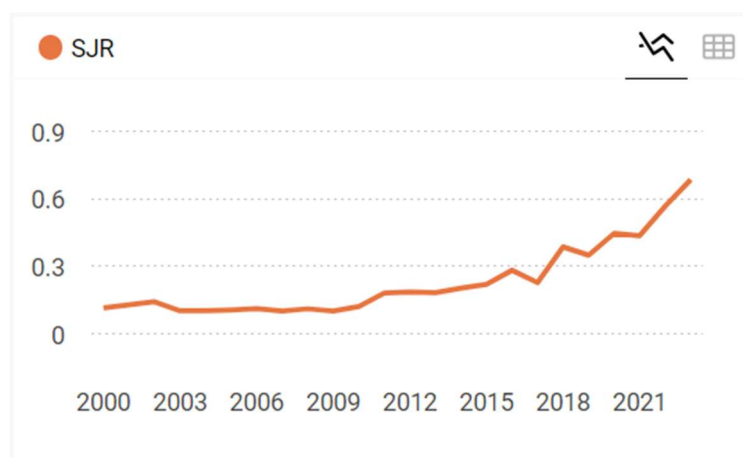
Como se verifica na figura 4.4, em relação a este periódico, é perceptível um aumento na colaboração internacional ao longo dos anos, embora com oscilações significativas ao longo do período compreendido entre 1999 e 2023.



**Figura 4.4** *Colaboração internacional do Journal of Applied Accounting Research*

**Fonte:** SCImago Journal & Country Rank website

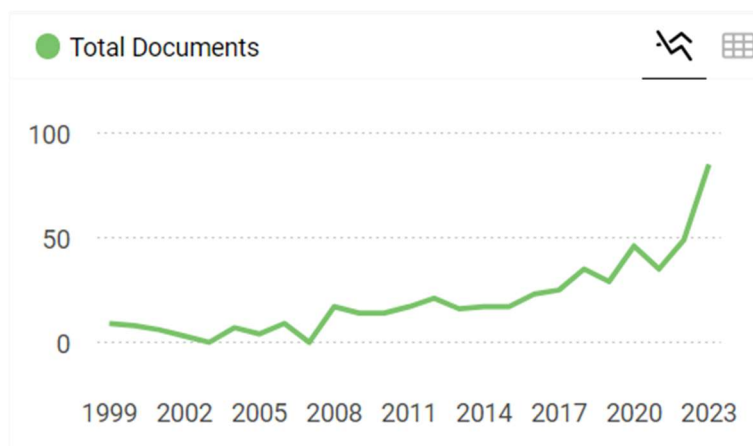
Posteriormente, analisando o indicador SJR (Figura 4.5), é assinalável a existência de uma curva tendencialmente crescente até 2023, revelando uma grande importância das citações recebidas.



**Figura 4.5** Indicador SJR do *Journal of Applied Accounting Research*

**Fonte:** SCImago Journal & Country Rank website

Por fim, considerando o aumento da visibilidade deste periódico ao longo dos anos, como se pode verificar através das figuras anteriores, conduziu a um aumento do número de publicações (Figura 4.6).

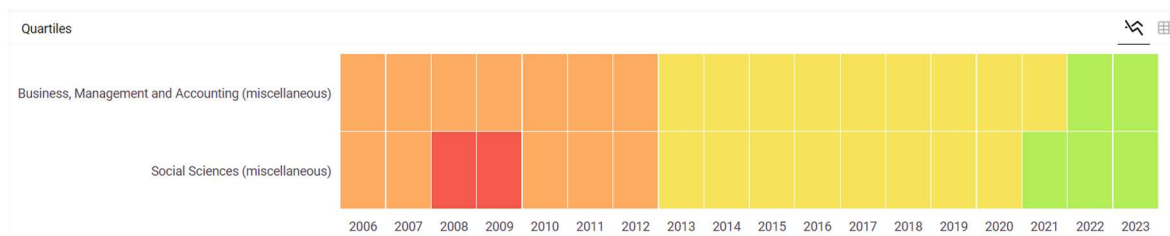


**Figura 4.6** Número de documentos por ano do *Journal of Applied Accounting Research*

**Fonte:** SCImago Journal & Country Rank website

## 4.2.2 Social Responsibility Journal

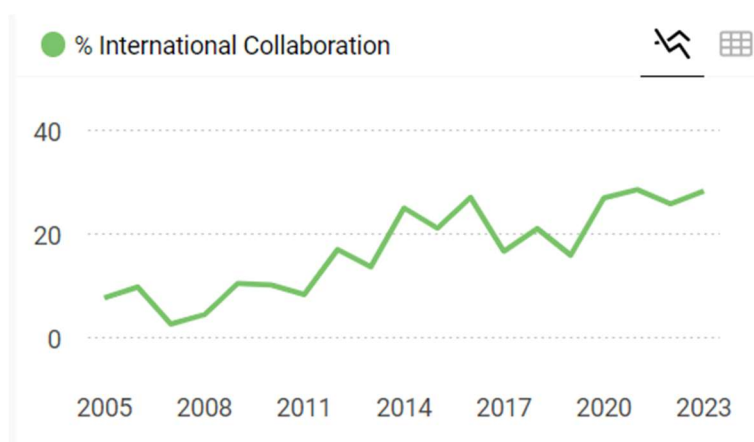
Este periódico é recente, sendo de assinalar uma evolução equilibrada e crescente dos quartis, no qual permitiu uma passagem de um quartil Q3 para Q1 em menos de 20 anos, como se pode verificar através da Figura 4.7.



**Figura 4.7** Quartis do Social Responsibility Journal

**Fonte:** SCImago Journal & Country Rank website

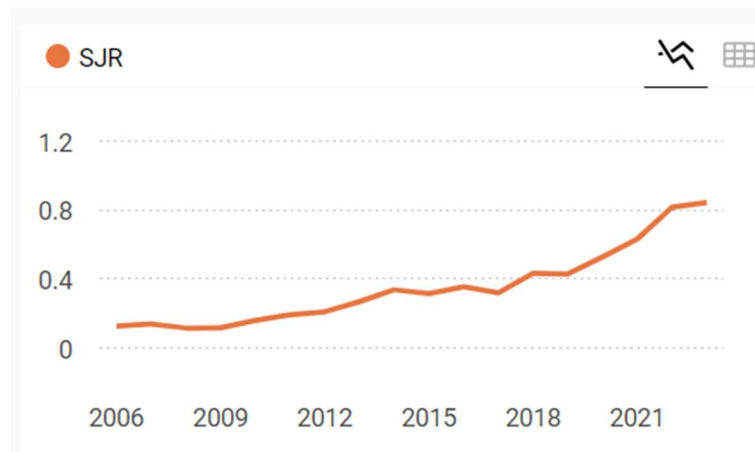
Contudo, ao contrário do periódico anterior, a colaboração internacional teve um crescimento constante, conforme se pode verificar pela análise da Figura 4.8.



**Figura 4.8** Colaboração internacional do Social Responsibility Journal

**Fonte:** SCImago Journal & Country Rank website

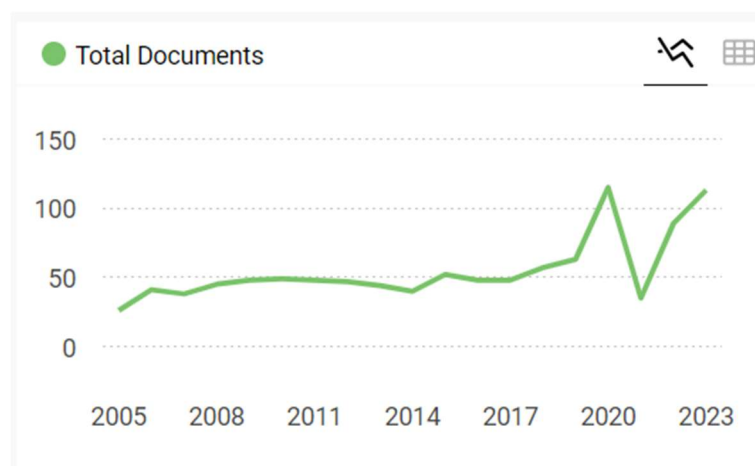
De acordo com o indicador SJR, é de assinalar uma curva tendencialmente crescente, ultrapassando os valores apresentados no periódico anterior, demonstrando um maior impacto científico (Figura 4.9).



**Figura 4.9** Indicador SJR do Social Responsibility Journal

**Fonte:** SCImago Journal & Country Rank website

Por último, verifica-se uma quebra no número de documentos em 2021 (35 documentos), visto que em 2020 tinham sido atingidos 115 estudos. Posteriormente, este periódico voltou a aumentar o número total de documentos em 2023, tendo atingido os 113 documentos.



**Figura 4.10** Número de documentos por ano do Social Responsibility Journal

**Fonte:** SCImago Journal & Country Rank website

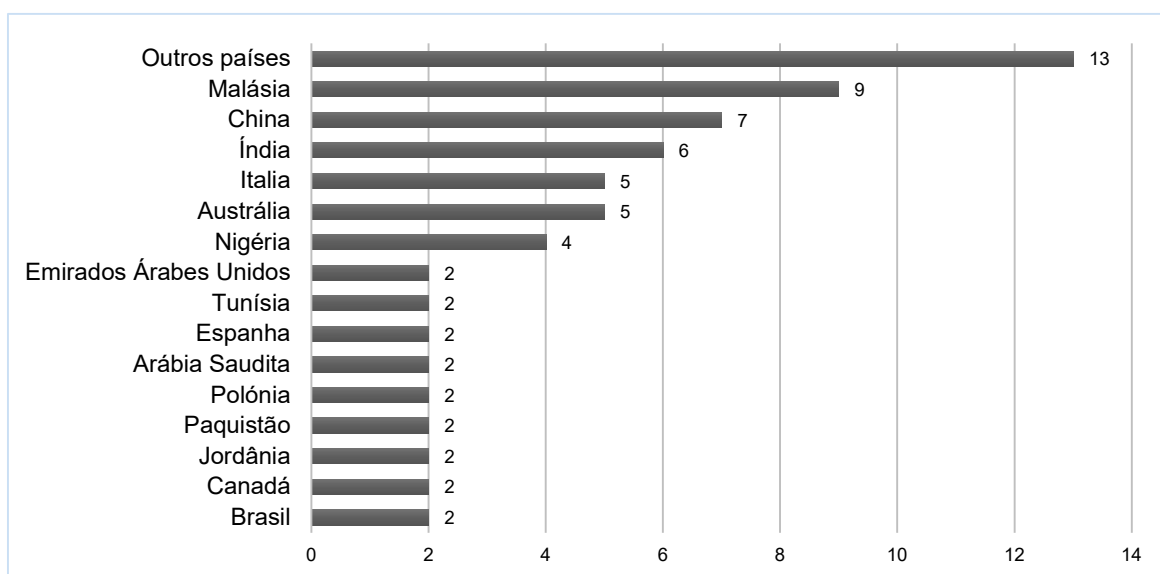
As diferentes análises aos periódicos mais presentes na amostra seleccionada, demonstram o seu crescimento no *ranking* dos periódicos, bem como a perceção de que os documentos publicados são muito relevantes para as citações em estudos futuros.

### 4.3 Análise das publicações por país

Com intuito de determinar quais os países com maior impacto nesta problemática, foi realizada uma análise com base no número de documentos produzidos (Nyabakora & Mohabir, 2024). Esta vertente é importante visto que a implementação de políticas de sustentabilidade pode ser desafiadora, “especialmente em países subdesenvolvidos, onde há uma falta de compreensão abrangente sobre elas” (Nyabakora & Mohabir, 2024, p. 109).

A Figura 4.11 indica que a Malásia é o país com mais artigos publicados na amostra selecionada com um total de 9 (13,43%), seguidos da China (10,45%), Índia (8,96%), Austrália (7,46%), Itália (7,46%) e Nigéria (5,97%). Podemos verificar que o local onde este tema é mais investigado é no continente asiático, visto que corresponde a cerca de 52,24% dos estudos selecionados.

Com o top 6 mencionado, ao contrário do estudo efetuado pelos autores Nyabakora e Mohabir (2024) que demonstra uma pesquisa predominante de economias desenvolvidas, verificamos a existência de uma combinação entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas.

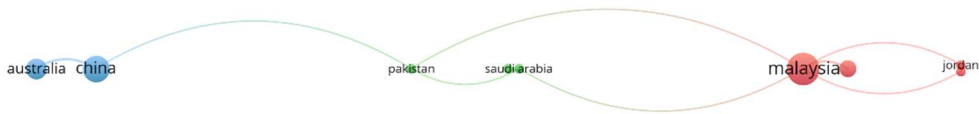


**Figura 4.11** Estudos por país

**Fonte:** Elsevier Scopus Website

Utilizando os dados referidos na tabela anterior, a Figura 4.12 apresenta uma visão geral da coautoria entre os diferentes países, sendo uma representação gráfica que facilita a percepção da colaboração entre as nações (Petrica, *et al.* 2024). O mapa bibliométrico criado contém apenas 3 conjuntos (azul, verde e vermelho), o que demonstra um nível de

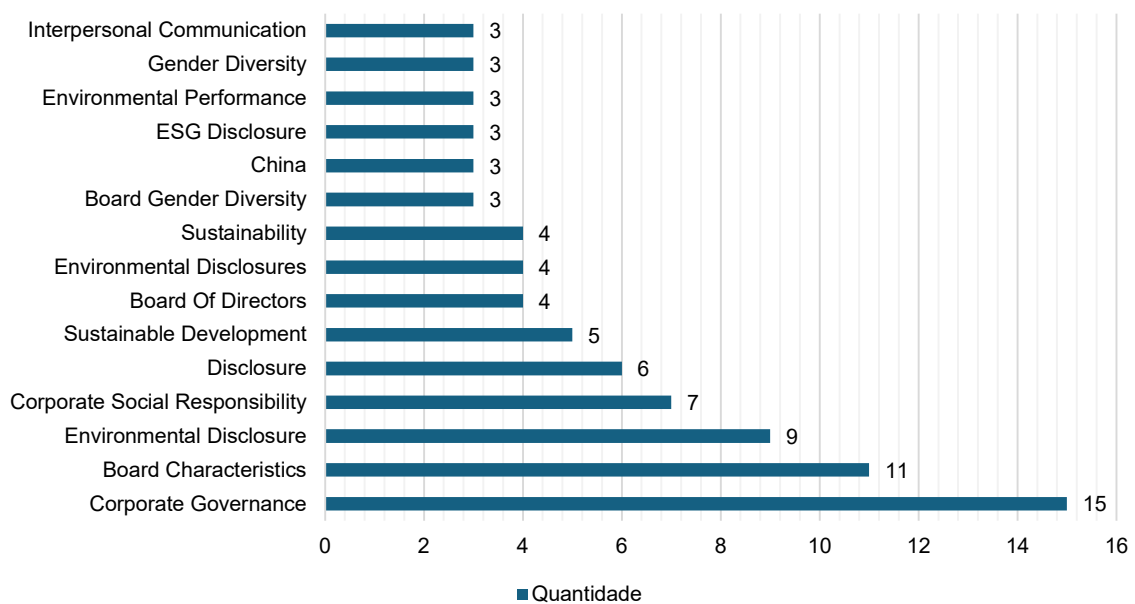
coautoria bastante baixo, podendo estar influenciada pela amostra de estudos selecionados ser mais restrita.



**Figura 4.12** Mapa bibliométrico criado com base numa visão geral da coautoria entre diferentes países

#### 4.4 Análise dos conceitos e palavras-chave

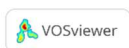
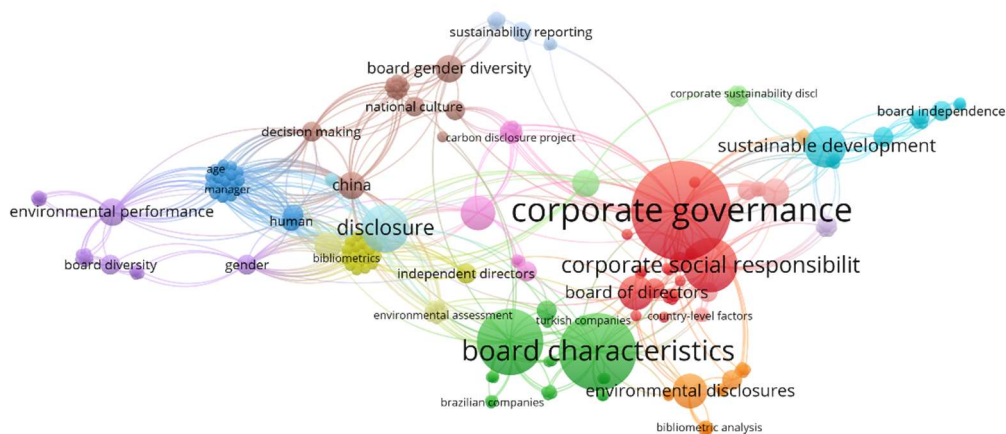
Relativamente às palavras-chave consideradas pelos autores ao analisarem esta problemática, foram encontradas um total de 225 ocorrências, como se pode verificar na Figura 4.13.



**Figura 4.13** Palavras-chave utilizadas

Seguidamente, efetuando uma análise mais pormenorizada através de um mapa bibliométrico, são destacados 21 conjuntos de cores diferentes (“clusters”). A análise bibliométrica revelou que “*corporate governance*” é a palavra-chave com maior ocorrência (15 vezes), de seguida “*board characteristics*” (11 vezes) e, por fim, “*environmental disclosure*” foi mencionada 9 vezes (Figura 4.14).

Os círculos maiores presentes na Figura 4.14 representam as palavras mais referenciadas, enquanto as cores agrupam-nas de acordo com as suas conexões (Nyabakora & Mohabir (2024). A palavra-chave “*Corporate governance*” com uma força de ligação de 60, tendo de seguida a “*board characteristics*” com 34 e “*environmental disclosure*” com 30. O conceito “*environmental performance*” encontra-se associado aos conceitos de “*board diversity*” e “*gender*”.

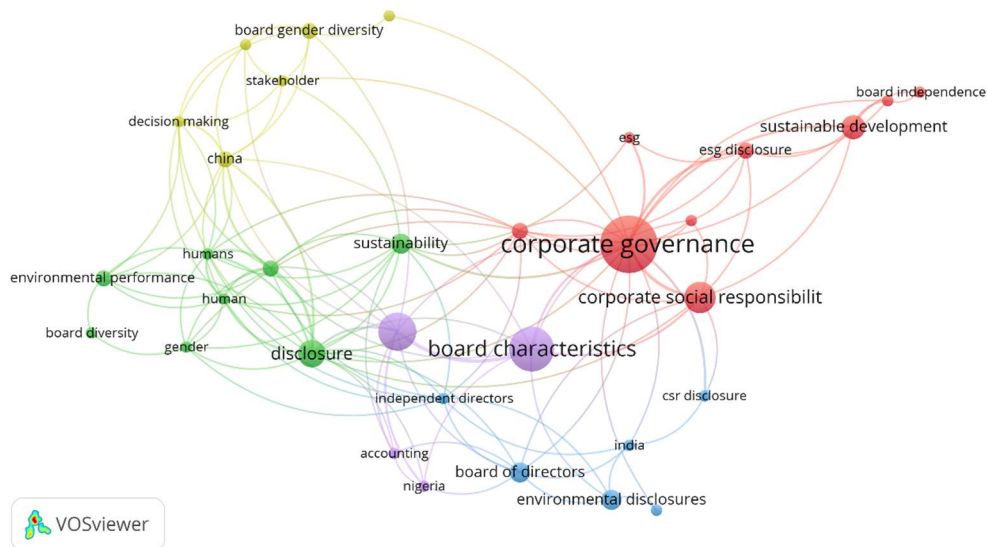


**Figura 4.14** Mapa bibliométrico criado com base em palavras-chave

Posteriormente foi utilizado o software VOSviewer para criar um mapa cronológico de palavras-chave com um limite mínimo de 2 coocorrências. Ao contrário do limite escolhido nos estudos efetuados por Gajdosikova e Valášková (2022), Priyan *et al.* (2023) e Nyabakora e Mohabir (2024), para esta análise foi escolhido um limite menor visto que a amostra deste trabalho é significativamente inferior.

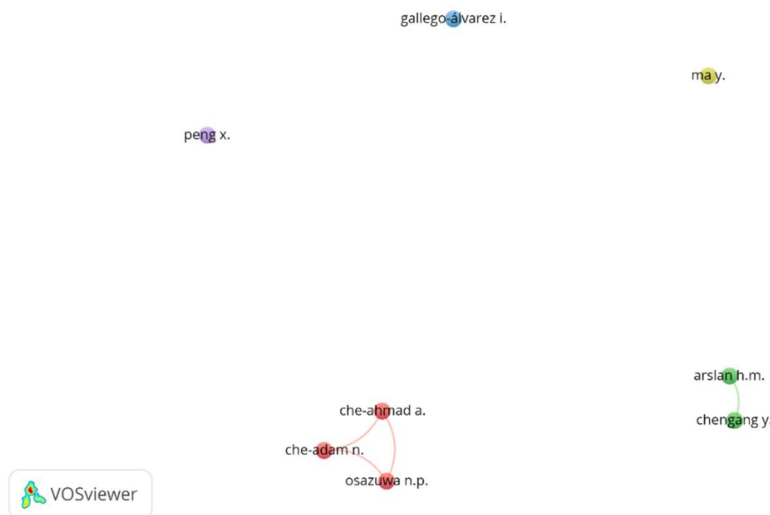
Tendo por base estes pressupostos, foi produzido um mapa com um limite mínimo de 2 coocorrências de palavras-chave, tal como foi realizado nos estudos de Priyan *et al.* (2023) e Nyabakora e Mohabir (2024).

Conforme se pode verificar através da análise da Figura 4.15, foram obtidas um total de 33 palavras-chave utilizadas nos estudos, sendo possível observar os conjuntos formados e a conexão das palavras entre os artigos escolhidos. De acordo com o VOSviewer, as quatro principais coocorrências são a *corporate governance* (15 ocorrências) e *corporate social responsibility* (7 ocorrências) a vermelho, e *board characteristics* (11 ocorrências) e *environmental disclosure* (9 ocorrências) a roxo.



**Figura 4.15** Mapa bibliométrico criado com base na coocorrência de palavras-chave

A Figura 4.16 pretende apresentar uma visão geral das colaborações entre autores, tendo sido estabelecida como condição a publicação de pelo menos 2 artigos por parte desses mesmos autores. Este mapa revela que, de um total de 8 autores, não existe nenhum autor com mais de dois artigos publicados nesta amostra e existem apenas dois conjuntos que demonstram colaborações entre os autores (*clusters* vermelho e verde).



**Figura 4.16** Mapa bibliométrico criado com base na representação visual da coautoria

## 4.5 Discussão da evidência empírica

Na presente secção será efetuada a discussão dos principais aspetos relacionados com o impacto que os diferentes mecanismos de governo das sociedades têm no desempenho ambiental das organizações. Para o desenvolvimento desta secção foi utilizada não apenas a evidência empírica que conduziu ao estudo bibliométrico, mas também os demais estudos analisados.

### 4.5.1 Dimensão do órgão de administração

Tendo por referência a análise efetuada à literatura, é perceptível que esta característica tem sido amplamente estudada pelos cientistas devido à sua influência indireta no funcionamento do conselho e, conseqüentemente, no desempenho ambiental.

A revisão da literatura sobre o impacto da dimensão do órgão de administração no desempenho ambiental evidencia resultados diversificados, conforme a Tabela 4.3 demonstra.

**Tabela 4.3** *Dimensão do órgão de administração*

Ano	Autor	Amostra	Conclusões
2024	Rahmi, Adrianto e Alfarisi	30 organizações cotadas na Bolsa de Valores da Indonésia.	Associação negativa.
2024	Rojas e Yahaya	154 organizações cotadas na Bolsa de Valores australiana.	Associação negativa.
2024	Elsheikh, Almaqtari, Farhan, Mishra e Ettish	8094 organizações da Ásia e Europa.	Associação positiva.
2021	Raimo, de Nuccio e Vitolla	129 organizações internacionais.	Associação positiva.
2021	Gerged	Relatórios anuais de 500 organizações da Jordânia.	Associação positiva.

**Tabela 4.3 Dimensão do órgão de administração (cont.)**

2021	Hoang, Przychodzen, Przychodzen, e Segbotangni	361 organizações norte-americanas.	Associação positiva.
2020	Khaireddine, Salhi, Aljabr e Jarboui	82 organizações cotadas no Índice francês SBF 120.	Associação positiva.
2020	Nursimloo, Ramdhony e Mooneeapen	50 maiores organizações da Nova Zelândia.	Associação positiva.
2017	Ezhilarasi e Kabra	177 organizações mais poluentes na Índia.	Associação negativa.
2016	Trireksani e Djajadikerta	38 organizações mineiras cotadas na Bolsa de Valores da Indonésia.	Associação positiva.
2014	Giannarakis	100 organizações da lista Fortune 500 de 2011.	Associação positiva.
2013	Frías-Aceituno, Rodríguez-Ariza e García-Sánchez	568 organizações multinacionais não-financeiras de 15 países.	Associação positiva.
2012	Rao, Tilt e Lester	100 maiores organizações australianas cotadas na Bolsa de Valores da Austrália.	Associação positiva.
2010	Prado-Lorenzo e Garcia-Sanchez	283 organizações cotadas no FTSE Global Equity Index Global 500.	Associação negativa.
2008	Donnelly e Mulcahy	51 organizações públicas cotadas no mercado irlandês.	Associação positiva.

Autores como Elsheik et al. (2024), Gerged (2021) ou Hoang et al (2024) apontam que conselhos de administração de maior dimensão promovem uma maior diversidade e especialização, o que reforça a monitorização, a supervisão e a adoção de práticas ambientalmente conscientes. Esta diversidade permite que as organizações melhorem a sua transparência e credibilidade junto das partes interessadas.

No entanto, a evidência empírica também demonstra que conselhos mais pequenos tendem a ser mais coesos e eficazes em termos operacionais, o que pode facilitar respostas rápidas e decisões mais assertivas em relação às práticas ambientais (Rahmi, Adrianto & Alfarisi, 2024; Rojas e Yahaya, 2024; Ezhilarasi e Kabra, 2017). Assim, conselhos de administração menores destacam-se pela maior eficiência e dinamismo, devido à sua capacidade de incorporar perspetivas diferentes de forma mais célere, tornando-se mais eficientes na implementação de práticas de sustentabilidade.

Por último, os estudos analisados bibliometricamente reforçam a importância de considerar a dimensão do conselho como uma variável crítica para o desempenho ambiental. Contudo, as organizações devem procurar um equilíbrio na dimensão do conselho, garantindo a sua diversidade e competências em sustentabilidade, mas sem comprometer a eficiência e a coesão dos membros.

#### **4.5.2 Independência do órgão de administração**

Com base nos estudos analisados, torna-se evidente que a independência do órgão de administração desempenha um papel essencial na governação empresarial, particularmente na promoção de um melhor desempenho ambiental. Contudo, os impactos dessa independência variam significativamente, dependendo do contexto organizacional e das dinâmicas de interação no interior do conselho e com as partes interessadas externas, conforme a Tabela 4.4 demonstra.

**Tabela 4.4** *Independência do órgão de administração*

<b>Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Amostra</b>	<b>Conclusões</b>
2024	Rahmi, Adrianto e Alfarisi	30 organizações cotadas na Bolsa de Valores da Indonésia.	Nenhuma associação.

**Tabela 4.4** Independência do órgão de administração (cont.)

2024	Mehedi, Maniruzzaman e Akhtaruzzaman	Relatórios anuais de todos os bancos comerciais listados em Bangladesh.	Associação positiva.
2024	Abdelhaq, Dwekat, Atout, e Nour	45 relatórios anuais de organizações listadas na Palestina.	Associação positiva.
2023	Abedin, <i>et al.</i>	428 organizações japonesas listadas na Bolsa de Valores de Tóquio.	Associação positiva.
2022	Kumari, Makhija, Sharma e Behl	500 organizações listadas na Bolsa Nacional de Valores da Índia.	Nenhuma associação.
2021	Uyar, Kuzey, Kilic e Karaman	Registos de 2638 organizações do setor da saúde incluídas na base de dados de Thomson Reuters Eikon.	Associação positiva e negativa.
2021	Campanella, Serino, Crisci & D'Ambra	540 organizações escolhidas da lista Forbes Global 2000.	Associação positiva.
2019	Orazalin	38 bancos comerciais listados na Bolsa de Valores do Cazaquistão.	Nenhuma associação.
2018	Fernandes, Bornia e Nakamura	152 organizações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo.	Associação positiva.
2017	Salehi, Tarighi e Rezanezha	125 organizações listadas na Bolsa valores de Teerão.	Nenhuma associação.

**Tabela 4.4 Independência do órgão de administração (cont.)**

2016	Trireksani e Djajadikerta	38 organizações mineiras cotadas na Bolsa de Valores da Indonésia.	Nenhuma associação.
2016	Lone, Ali e Khan	50 organizações que publicam regularmente relatórios de sustentabilidade.	Associação positiva.
2015	Majeed, Aziz e Saleem	100 organizações paquistanesas cotadas na Bolsa de Valores de Karachi.	Nenhuma associação.
2012	Ienciu	54 maiores organizações que operam no setor petrolífero.	Associação positiva.

Administradores independentes podem contribuir para um desempenho ambiental superior ao trazerem perspectivas diversificadas e ao desafiar as práticas empresariais tradicionais, promovendo uma maior responsabilização sobre questões ambientais. No entanto, a eficácia desta independência depende da posição estrutural dos administradores dentro da rede do conselho.

Adicionalmente, administradores independentes conectados a redes externas relevantes – como organizações ambientais, grupos de defesa de sustentabilidade ou investidores socialmente responsáveis – podem trazer uma visão estratégica mais ampla para o conselho. Esta capacidade de intermediação fortalece a implementação de políticas ambientais eficazes e facilita a divulgação de informação ambiental transparente e direcionada a um público diversificado de *stakeholders*. Por outro lado, uma independência limitada, sem conexões externas relevantes, pode resultar em práticas ambientais simbólicas, pouco alinhadas com os compromissos de sustentabilidade e com a procura por maior responsabilidade empresarial.

Métricas como centralidade, intermediação e coesão são fundamentais para avaliar de que forma a estrutura da rede do conselho afeta a capacidade de incorporar práticas ambientais eficazes. Assim, a independência deixa de ser vista como uma característica estática e passa a ser analisada como um fator dinâmico, cujo impacto depende das relações que a moldam e da sua interação com os objetivos ambientais da organização. Esta abordagem não só amplia a compreensão do papel da independência no desempenho ambiental, mas

também orienta estratégias para maximizar o impacto positivo do órgão de administração neste domínio.

Do ponto de vista teórico, a teoria da dependência de recursos (Pfeffer & Salancik, 1978) oferece uma perspectiva relevante para compreender o papel dos administradores independentes na mediação de fluxos de informação e recursos entre a entidade e o seu ambiente externo. Por outro lado, a teoria da agência (Jensen & Meckling, 1976) sublinha que a independência dos administradores atua como um mecanismo de controlo que reduz os conflitos de interesse entre gestores e acionistas. No entanto, a aplicação prática desta teoria demonstra que a eficácia da independência depende da posição estrutural dos administradores independentes na rede de governação.

A teoria da legitimidade (Suchman, 1995) também contribui para este debate, ao argumentar que a presença de administradores independentes é percebida como uma prática que reforça a imagem pública da entidade e a sua conformidade com expectativas sociais e ambientais. No entanto, a eficácia dessa legitimidade depende do grau de conectividade dos administradores independentes com as partes interessadas externas e da sua capacidade para assegurar que as práticas de divulgação ambiental sejam robustas e transparentes. Este aspeto é particularmente relevante nos estudos que identificaram uma relação positiva entre a percentagem de administradores independentes e um melhor desempenho ambiental, sugerindo que a integração destes atores em redes bem conectadas pode amplificar a sua influência.

Do ponto de vista prático, a análise de subgrupos dentro do conselho pode revelar como os administradores independentes atuam como pontes entre diferentes grupos, promovendo maior coesão e circulação de informações. A aplicação destas ferramentas práticas pode ajudar as organizações a ajustar a composição e a estrutura do conselho, maximizando o impacto positivo da independência na divulgação ambiental e no desempenho organizacional.

Conclui-se que a independência do conselho não deve ser analisada isoladamente, mas como parte integrante de uma rede mais ampla de interações que moldam os resultados organizacionais. Estudos futuros podem beneficiar significativamente da análise de diferentes configurações de redes de governação influenciam a eficácia da supervisão, a transparência das divulgações e o desempenho ambiental da organização.

### 4.5.3 Diversidade de género do órgão de administração

A diversidade de género nos conselhos de administração tem sido amplamente investigada como um fator determinante no desempenho ambiental das organizações, conforme demonstra a Tabela 4.5.

**Tabela 4.5** *Diversidade de género no órgão de administração*

Ano	Autor	Amostra	Conclusões
2024	Rahmi, Adrianto e Alfarisi	30 organizações cotadas na Bolsa de Valores da Indonésia.	Nenhuma associação.
2024	Abdelhaq, Dwekat, Atout, e Nour	45 relatórios anuais de organizações listadas na Palestina.	Associação positiva.
2024	Wang, Nadeem, Malik e Xiong	43 países ao longo do período de 2000 a 2020.	Associação positiva.
2024	Saha e Maji	100 maiores organizações cotadas na Índia.	Associação positiva.
2024	Rojas e Yahaya	154 organizações cotadas na Bolsa de Valores australiana.	Associação positiva.
2022	Zampone <i>et al.</i>	526 organizações presentes na Forbes Global Magazine.	Associação positiva.
2021	Nwude e Nwude	11 bancos comerciais cotados na Nigéria.	Associação positiva.
2020	Qureshi <i>et al.</i>	812 organizações europeias cotadas.	Associação positiva.
2020	Tingbani, Chithambo, Tauringana e Papanikolaou	215 organizações cotadas no índice britânico Financial Times Stock Exchange 350.	Associação positiva.

**Tabela 4.5** *Diversidade de gênero no órgão de administração (cont.)*

	Zahid <i>et al.</i>	878 organizações cotadas na Bolsa de Valores da Malásia.	Associação positiva.
2019	Martinez, Cruz Rambaud e Parra Oller	326 organizações que operem na Bolsa de Valores espanhola.	Associação positiva.
2018	Husted e Sousa-Filho	176 organizações latino-americanas.	Associação negativa.
2018	Biswas <i>et al.</i>	407 organizações cotadas na Bolsa de Valores da Austrália.	Associação positiva.
2018	Manita <i>et al.</i>	379 organizações que compõem o índice Standard & Poor's 500.	Associação positiva.
2018	Masud, Nurunnabi e Bae	88 relatórios de sustentabilidade de organizações cotadas incluídas na base de dados da GRI.	Nenhuma associação.
2017	Alazzani, Hasanein e Aljanadi	303 organizações cotadas que participaram no Fundo de Desenvolvimento do Mercado de Capitais da Malásia.	Associação positiva.
2017	Ben-Amar, Chang e McIlkenny	541 organizações do Canadá.	Associação positiva.
2017	Prabowo, Jamin, Saputro, Mufraini e Agustia	88 bancos constituídos na Indonésia.	Associação positiva.
2017	Suttipun (2021); Shoham, Almor, Lee e Ahammad	120 organizações listadas na Tailândia.	Associação positiva.

**Tabela 4.5** *Diversidade de gênero no órgão de administração (cont.)*

2017	Dyduch e Krasodomska	60 relatórios de organizações polacas cotadas na Bolsa de Valores de Varsóvia.	Nenhuma associação.
2016	Rao e Tilt	115 organizações australianas cotadas na Bolsa de Valores australiana.	Associação positiva.

Os conselhos de administração que promovem práticas de sustentabilidade tendem a ser mais diversificados em termos de gênero, sendo essa relação observada tanto em organizações financeiras quanto não financeiras. Nos últimos anos, tem-se constatado um aumento significativo da diversidade de gênero nos conselhos de administração, fator considerado essencial para a criação de valor empresarial. No entanto, um obstáculo à ascensão de mulheres a cargos executivos ainda reside no pensamento tradicional de que o poder está maioritariamente associado aos homens.

A literatura sugere que conselhos mais diversificados em termos de gênero apresentam uma maior sensibilidade para questões ambientais e sociais, devido às diferentes perspectivas trazidas por membros femininos. Estudos como os Abdelhaq et al. (2024) e Wang et al. (2024) indicam que uma maior proporção de mulheres nos conselhos está positivamente associada à divulgação de informações ambientais mais robustas e à adoção de práticas empresariais sustentáveis. Esta relação é frequentemente explicada pela tendência das mulheres para a prudência, a responsabilidade e a valorização de critérios rigorosos na tomada de decisões relacionadas com o ambiente.

Uma maior presença de mulheres no conselho também tem sido consistentemente relacionada a um aumento na divulgação de informações ambientais e à redução de práticas sociais negativas, além de promover um maior envolvimento das partes interessadas nas decisões organizacionais. Além disso, a presença feminina nos conselhos está associada à adoção de critérios mais rigorosos e maior clareza na elaboração de relatórios relacionados com a sustentabilidade, bem como uma maior prudência na tomada de decisões, evitando investimentos prejudiciais ao ambiente.

Do ponto de vista teórico, a teoria da legitimidade oferece uma base sólida para compreender esta relação. A presença de mulheres nos conselhos é percebida como

uma demonstração de compromisso das organizações com valores de diversidade, inclusão e sustentabilidade, reforçando a sua imagem pública e alinhamento com as expectativas sociais.

Além disso, a teoria dos *stakeholders* sugere que as mulheres tendem a adotar uma abordagem mais holística, considerando os interesses de um leque mais amplo de partes interessadas, o que contribui para práticas ambientais mais equilibradas. Contudo, a teoria da agência alerta para potenciais limitações, sublinhando que o impacto da diversidade depende da autonomia e influência efetiva dos membros femininos no processo decisório.

Na prática, a presença feminina nos conselhos tem sido associada a melhorias na qualidade das divulgações ambientais, maior transparência e uma supervisão mais rigorosa das decisões estratégicas que impactam o ambiente. Exemplos concretos incluem a adoção de relatórios de sustentabilidade mais detalhados e a implementação de políticas de responsabilidade ambiental que evitam práticas prejudiciais. No entanto, lacunas persistem, nomeadamente no que diz respeito à sub-representação de mulheres em cargos de liderança em conselhos, especialmente em setores tradicionalmente dominados por homens. Estas desigualdades estruturais podem limitar o impacto positivo da diversidade de género no desempenho ambiental.

Apesar dos avanços, há divergências na literatura sobre a relação entre diversidade de género e desempenho ambiental. Alguns estudos, como os de Husted e Sousa-Filho (2018), identificaram impactos negativos, enquanto outros não encontraram relações significativas (Rahmi, Adrianto & Alfarisi, 2024). Estas inconsistências apontam para a necessidade de pesquisas adicionais que explorem fatores contextuais, como o setor de atividade, o ambiente regulatório e a cultura organizacional. Além disso, futuros estudos podem beneficiar da análise de como características individuais das mulheres nos conselhos, como experiência e formação, influenciam o desempenho ambiental das empresas.

#### **4.5.4 CEO Duality**

Nos estudos analisados, a questão frequentemente debatida é se a presidência do órgão de administração e o cargo de diretor executivo devem ser ocupados pela mesma pessoa. A dualidade de funções é frequentemente associada a uma incapacidade de adaptação às mudanças organizacionais e pode influenciar negativamente a divulgação ambiental devido à ausência de separação clara de responsabilidades, gerando um maior risco de

conflito de interesses e menor supervisão. Acerca deste tema existem diversos estudos efetuados, conforme se demonstra pela Tabela 4.6.

**Tabela 4.6 CEO duality**

Ano	Autor	Amostra	Conclusões
2024	Meeprom, Boonyanet e Tongkong	165 organizações listadas na Bolsa de Valores da Tailândia.	Associação positiva.
2023	Abedin, <i>et al.</i>	428 organizações japonesas listadas na Bolsa de Valores de Tóquio.	Nenhuma associação.
2021	Hoang <i>et al.</i>	361 organizações norte-americanas.	Associação positiva.
2017	Freitas Neto e Mol	108 organizações presentes na Bolsa de Valores brasileira.	Associação positiva.

Visto que as funções de um CEO divergem das funções de um presidente do órgão de administração, os estudos defendem que a separação dos cargos contribui para uma maior transparência ambiental e para um melhor desempenho empresarial, pois permite um controlo mais eficaz no processo de tomada de decisões.

Por outro lado, enquanto alguns estudos indicam que a acumulação de funções pode reduzir a qualidade de divulgações ambientais, outros sugerem que a dualidade está associada a uma maior divulgação em determinados contextos. Existem ainda análises que não identificam qualquer associação significativa entre a dualidade de funções e a divulgação ambiental.

No entanto, também existem estudos que identificam uma relação positiva entre CEO *duality* e o desempenho ambiental, destacando-se que, em alguns contextos, a presença de um CEO dualista pode facilitar a tomada de decisões rápidas e a implementação de políticas ambientais mais eficazes, uma vez que a coordenação entre a liderança executiva e o órgão de administração é mais fluida. Este ponto de vista desafia a visão tradicional, sugerindo que, sob certas circunstâncias, a centralização do poder pode, na verdade,

beneficiar o desempenho ambiental ao permitir uma abordagem mais integrada e coordenada na implementação de estratégias sustentáveis.

Do ponto de vista teórico, a literatura explora várias abordagens para entender o impacto da CEO *duality* no desempenho ambiental. A teoria da agência é frequentemente invocada para explicar como a separação de funções pode mitigar os riscos de conflitos de interesse e melhorar o controlo sobre a gestão executiva. A teoria dos *stakeholders*, por sua vez, sugere que uma estrutura de liderança dualista pode enfraquecer a capacidade da entidade de responder eficazmente às expectativas ambientais dos seus stakeholders. Ao mesmo tempo, a teoria da governança corporativa também é relevante para a análise, pois propõe que a separação de poderes entre o CEO e o presidente do órgão de administração aumenta a supervisão e contribui para uma maior transparência, especialmente nas áreas de responsabilidade social e ambiental.

Em termos práticos, a principal contribuição das investigações sobre CEO *duality* reside na identificação das vantagens e desvantagens dessa estrutura de liderança no contexto da sustentabilidade empresarial.

#### 4.5.5 Membros não executivos no órgão de administração

Tendo em consideração a análise efetuada aos estudos deste trabalho, fica evidente que conselhos de administração compostos por uma proporção maior de membros não executivos tendem a apresentar níveis significativamente mais elevados de divulgação voluntária, tendo em consideração que atuam como um mecanismo de controlo independente e asseguram uma maior autonomia do conselho (Tabela 4.7).

**Tabela 4.7** *Membros não executivos no órgão de administração*

Ano	Autor	Amostra	Conclusões
2024	Yevheniia e Svitlana	Relatórios não financeiros de organizações industriais na Ucrânia.	Associação positiva.
2023	Janicka e Sajnóg	Empresas públicas cotadas nas principais Bolsas de Valores brasileiras dos 27 Estados-Membros da (UE).	Associação positiva.

**Tabela 4.7** *Membros não executivos no órgão de administração (cont.)*

2022	Dojiba, Arena, Kozłowski, Krasodomska e Godawska	100 organizações não financeiras listadas na Bolsa de Valores de Varsóvia.	Associação positiva.
2019	Che-Adam, Lode, e Hafizah	Dados de 353 organizações de várias áreas na Malásia.	Associação positiva.
2014	Jouirou e Chenguel	22 organizações cotadas na Bolsa de Valores da Tunísia.	Associação positiva.
2013	Barros, Boubaker e Hamrouni	206 organizações francesas não financeiras cotadas.	Associação positiva.
2008	Donnelly e Mulcahy	51 organizações públicas cotadas na Irlanda.	Associação positiva.
2007	Huafang e Jianguo	559 organizações cotadas na Bolsa de Valores da China.	Associação positiva.
2003	Eng e Mak	158 organizações cotadas na Bolsa de Valores de Singapura.	Associação negativa.

O papel dos membros independentes é, principalmente, garantir que o órgão de administração siga a direção correta, supervisionando e controlando as suas ações. É também crucial na definição das estratégias de divulgação da entidade e na proteção dos interesses dos acionistas. Além disso, é importante que esses membros tragam opiniões diversas, competências e experiência profissional para o conselho, e que estejam dispostos a investir tempo suficiente na função que desempenham.

Os estudos indicam que conselhos de administração compostos por uma proporção maior de membros não executivos tendem a apresentar níveis significativamente mais elevados de divulgação voluntária, pois esses membros atuam como um mecanismo de controle independente, assegurando maior autonomia ao conselho. Há uma relação positiva entre a presença de membros não executivos e a divulgação ambiental, considerando que a divulgação se torna mais transparente e abrangente. No entanto, também existem estudos que indicam uma relação negativa entre a presença desses membros e a divulgação ambiental.

Com base nos estudos analisados, é possível concluir que os membros não executivos desempenham um papel importante na divulgação de informações pelas empresas, com uma tendência a melhorar a transparência e o desempenho ambiental das organizações

## 5. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E PERSPETIVAS FUTURAS

O desempenho ambiental pode contribuir para uma cultura empresarial sustentável, ajudar a construir a confiança das partes interessadas e a fomentar práticas empresariais responsáveis. Além disso, a adoção de práticas de transparência ambiental pode melhorar a reputação das organizações, atrair novos investidores e criar a possibilidade de melhoria aos regulamentos ambientais existentes.

Por outra perspectiva, o conceito de governo das sociedades é fundamental neste estudo visto que é um sistema que impõe regras, práticas e processos pelos quais uma organização se deve reger. Assim, o órgão de gestão poderá ter influência na promoção de transparência das operações e decisões da empresa.

Atualmente, as organizações que se comprometem com a sustentabilidade são vistas como mais transparentes e éticas, pelo que a aplicação destas práticas sustentáveis por parte das empresas, tendo por base a influência da composição do órgão de administração, tem tido uma importância considerável nos estudos mais recentes.

Assim, o presente trabalho teve como objetivo mapear os estudos que referem a influência da composição do órgão de administração no desempenho ambiental das entidades, a partir da análise de artigos depositados na plataforma Scopus.

Em resposta à questão de investigação proposta neste estudo, averiguou-se que a pesquisa no campo se encontra num período de forte crescimento, com o aumento do volume de artigos publicados nas últimas décadas.

De acordo com a revisão realizada, foi possível verificar que a evidência empírica analisada aponta para o facto de que a dimensão, a diversidade de género e os membros não executivos influenciam positivamente o desempenho ambiental, visto que possibilitam uma maior capacidade de incorporar diferentes perspetivas das partes interessadas, maior influência no desempenho.

Por outro lado, a evidência empírica acerca da CEO *duality* denota que esta característica influencia negativamente devido à ausência de uma separação clara de funções, podendo resultar num conflito de governação e de liderança e, conseqüentemente, em menos divulgações.

O presente estudo tem limitações devido à natureza de pesquisa, visto que considerou apenas os estudos que se encontrassem na Scopus, sendo que uma maior abrangência

deste critério poderia ter permitido uma maior discussão desta temática. Da mesma forma, este estudo apenas incluiu os artigos em inglês.

Quanto a uma direção futura de investigação, pode definir-se uma análise mais aprofundada da questão de investigação e dos conceitos identificados como primordiais neste estudo. Para uma segunda etapa, é sugerida uma pesquisa qualitativa baseada em entrevistas com órgãos de administração para identificar os objetivos sustentáveis e as características intrínsecas, de forma a poder verificar se existe influência no desempenho ambiental da entidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abdelhaq, R., Dwekat, A., Atout, S. & Nour, A. I. (2024). The Impact of Board Characteristics on the Level of Voluntary Disclosure: Evidence from Palestinian Listed Companies. *Studies in Systems, Decision and Control* (528 ed.). Cham: Springer.

Abedin, S., Subha, S., Anwar, M., Kabir, M., That, Y. & Hossain, M. (2023). Environmental Performance and Corporate Governance: Evidence from Japan. *Journal Sustainability*, 15. <https://doi.org/10.3390/su15043273>

Ado, A. B., Rashid, N. N. M., Adam, S., Nuhu, B. A., Salihu, H. S. & Masunda, T. (2024). Board characteristics and financial performance of listed deposit money banks in Nigeria. *Gusau Journal of Accounting and Finance*, 4(2), 1-17. <https://doi.org/10.57233/gujaf.v4i2.1>

Ahmad, S., Sohail, M., Waris, A., Elginaid, A., & Mohammed, I. (2018). SCImago, eigenfactor score, and H5 index journal rank indicator: a study of journals in the area of construction and building technologies. *Journal of Library & Information Technology*, 38(4), 278-285. <https://doi.org/10.14429/djlit.38.4.11503>

Ahmad, S., Wong, K. Y. & Rajoo, S. (2019). Sustainability indicators for manufacturing sectors: A literature survey and maturity analysis from the triple-bottom line perspective. *Journal of Manufacturing Technology Management*, 30(2), 312–334. <https://doi.org/10.1108/JMTM-03-218-0091>

Aivaz, K. A. & Hubel S. R. (2023). Bibliometric Approaches in Tourism Management: Integrating Ecotourism, Sustainable Development, Protected Areas and the Coastal Zone. University of Galati, Faculty of Economics and Business Administration, *Economics and Applied Informatics*, 2, 146-156. <https://doi.org/10.35219/eai15840409349>

Ajanthan, A. & Ramesh, S. (2021). Do board size and non-executive directors affect intellectual capital disclosure? Sri Lankan banking industry. *Internacional Journal of Accounting & Business Finance*, 7(2), 116-130.

Al Maani, A., Issa, G., Alghananim, M. A. M. & Aljada, A. M. (2023). The Impact of the Board of Directors' Characteristics and Ownership Structure on the Sustainable Development Disclosure in the Banks Listed on the Amman Stock Exchange. *International Journal of Professional Business Review*, 8(4), e01032. <https://doi.org/10.26668/businessreview/2023.v8i4.1032>

Aladwey, L., Elgharbawy, A. & Ganna, M. A. (2021). Attributes of corporate boards and assurance of corporate social responsibility reporting: Evidence from the UK. *Corp. Gov. Int. J. Bus. Soc.*, 22, 748–780.

Alam, S., Fatima, A., Butt, M. S. (2007). Sustainable development in Pakistan in the context of energy consumption demand and environmental degradation. *Journal of Asian Economics*, 18(5), 825–837. <https://doi.org/10.1016/j.asieco.2007.07.005>

Alazzani, A., Hassanein, A., Aljanadi, Y. (2017). Impact of gender diversity on social and environmental performance: evidence from Malaysia. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 17(2), 266–283. <https://doi.org/10.1108/CG-12-2015-0161>

Alfrah, M. M. (2016). The effectiveness of board of directors' characteristics in mandatory disclosure compliance. *Journal of Financial Regulation and Compliance*, 24(2), 154-176. <https://doi.org/10.1108/JFRC-07-2015-0035>

Alkayed, H. & Omar, B.F. (2023). Determinants of the extent and quality of corporate social responsibility disclosure in the industrial and services sectors: the case of Jordan. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, 21(5), 1206-1245. <https://doi.org/10.1108/JFRA-05-2021-0133>

Allenby, B. & Richards, D. J. (1999). Applying the triple bottom line: Telework and the environment. *Environmental Quality Management*, 8(4), 3–10. <https://doi.org/10.1002/tqem.3310080403>

Almaqtari, F. A., Elsheikh, T., Abdelkhair, F. & Mazrou, Y. S. A. (2023). The impact of corporate environmental disclosure practices and board attributes on sustainability: empirical evidence from Asia and Europe. *Heliyon*, 9, e18453. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2023.e18453>

Almaqtari, F. A., Elsheikh, T., Al-Hattami H. M. & Mishra, N. (2023). The impact of board characteristics on environmentally friendly production: a cross-country study in Asia and Europe. *Journal of Cleaner Production*. 392, 136257. <https://doi.org/10.1016/J.JCLEPRO.2023.136257>

Almaqtari, F. A., Elsheikh, T., Hashim, H.A. & Youssef, M. A. E. A. (2024). Board attributes and environmental and sustainability performance: Moderating role of environmental teams in Asia and Europe. *Sustainable Futures*, 7, ISSN 2666-1888. <https://doi.org/10.1016/j.sftr.2023.100149>

Alsayegh, M. F., Rahman R. A. & Homayoun, S. (2020). Corporate economic, environmental, and social sustainability performance transformation through ESG disclosure. *Sustainability*, 12. <https://doi.org/10.3390/su12093910>

Al-Shaer, H. & Zaman, M. (2016). Board gender diversity and sustainability reporting quality. *Journal of Contemporary Accounting and Economics*, 12(3), 210-222. <https://doi.org/10.1016/j.jcae.2016.09.001>

Alves, S. (2023). Gender diversity on corporate boards and earnings management: Evidence for European Union listed firms. *Cogent Business & Management*, 10(1). <https://doi.org/10.1080/23311975.2023.2193138>

Al-Zaqeba, M., Shubailat, O., Hamid, S., Jarah, B., Ababneh, F. & Almatarneh, Z. (2023). The influence of board of directors' characteristics on corporate social responsibility disclosures in Jordanian Islamic banks. *International Journal of Advanced and Applied Sciences*, 10(11), 1-13. <https://doi.org/10.21833/ijaas.2023.11.001>

Amankwah-Amoah, J., Khan, Z., Wood, G. & Knight, G. (2021). COVID-19 and digitalization: the great acceleration. *Journal of Business Research*, 136, 602-611. <http://doi.org/10.1016/j.jbusres.2021.08.011>

Andrew, J. (2003). Corporate governance, the environment and the internet. *Electronic Green Journal*, 1(19). <https://doi.org/10.5070/G311910529>

Ararat, M., & Yurtoglu, B. (2021). Female directors, board committees, and firm performance: Time-series evidence from Turkey. *Emerging Markets Review*, 48, 1–27. <https://doi.org/10.1016/j.ememar.2020.100768>

Arayssi, M., Jizi, M. & Tabaja, H. H. (2020). The impact of board composition on the level of ESG disclosures in GCC countries. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 11, 137–161. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-05-2018-0136>

Arslan, H. M., Chengang, Y., Komal, B. & Chen, S. (2023). Nexus between environmental disclosures and top management team characteristics: a systematic review. *Environmental Science and Pollution Research*, 30, 9763–9781. <https://doi.org/10.1007/s11356-022-22615-7>

Azlan, A., Say, K. O, Riduan, T. M. & Devi, S. S. (2015). The impact of business strategies on online sustainability disclosures. *Business Strategy and the Environment*, 24(6), 551–564. <http://doi.org/10.1002/bse.1837>

Baalouch, F., Ayadi S. D. & Hussainey. K. (2019). A study of the determinants of environmental disclosure quality: evidence from French listed companies. *Journal of Management and Governance*, 23, 939–971. <https://doi.org/10.1007/s10997-019-09474-0>

Barako, D. G. (2017). Determinants of voluntary disclosures in Kenyan companies annual reports. *African Journal of Business Management*, 1 (5), 113-128.

Barros, C., Boubaker, S., Hamrouni, A. (2013). Corporate governance and voluntary disclosure in France. *Journal of Applied Business Research*, 29(2), 561-578. <https://doi.org/10.19030/jabr.v29i2.7657>

Bear, S., Rahman, N. & Post, C. (2010). The impact of board diversity and gender composition on corporate social responsibility and firm reputation. *Journal of Business Ethics*, 97(2), 207-221. <https://doi.org/10.1007/s10551-010-0505-2>

Beiner, S., Drobetz, W., Schmid. F. & Zimmermann, H. (2004). Is Board Size an Independent Corporate Governance Mechanism? *Kyklos*, 57(3), 327–356. <https://doi.org/10.1111/j.0023-5962.2004.00257.x>

Ben-Amar, W., Chang, M. & McIlkenny, P. (2017). Board gender diversity and corporate response to sustainability initiatives: evidence from the carbon disclosure project. *Journal of Business Ethics*, 142(2), 369–383. <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2759-1>

Bezemer, P. J., Pugliese, A., Nicholson, G., & Zattoni, A. (2022). Toward a synthesis of the board-strategy relationship: A literature review and future research agenda. *An International Review*. <https://doi.org/10.1111/corg.12481>

Bianchi, G. & Testa, F. (2022). How can SMEs effectively embed environmental sustainability? Evidence on the relationships between cognitive frames, life cycle management and organizational learning process. *Business Ethics, the Environment & Responsibility*, 31(3), 634–648. <https://doi.org/10.1111/beer.12432>

Birindelli, G., Dell'Atti, S., Iannuzzi, A. & Savioli, M. (2018). Composition and activity of the board of directors: impact on ESG performance in the banking system. *Sustainability*, 10, 4699. <https://doi.org/10.3390/su10124699>

Biswas, P. K., Mansi, M. & Pandey, R. (2018). Board composition, sustainability committee and corporate social and environmental performance in Australia. *Pacific Accounting Review*, 30, 517–540. <https://doi.org/10.1108/PAR-12-2017-0107/FULL/XML>

Borghans, L., Golsteyn, B., Heckman, J. & Meijers, H. (2009). Gender Differences in Risk Aversion and Ambiguity Aversion. *Journal of the European Economic Association*, 7, 649-658. <https://doi.org/10.1162/jeea.2009.7.2-3.649>

Borghesi, R., Houston, J. F. & Naranjo, A. (2014). Corporate Socially Responsible Investments: CEO Altruism, Reputation, and Shareholder Interests. *Journal Corporate Finance*, 26, 164–181. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2014.03.008>

Buniamin, S., Alrazi, B., Johari, N. H. & Rahman, N. (2008). An investigation of the association between corporate governance and environmental reporting in Malaysia. *Asian Journal of Business and Accounting*, 1(2), 65-88.

Buniamin, S., Alrazi, B., Johari, N. H. & Rahman, N. (2011). Corporate Governance Practices and Environmental Reporting of Companies in Malaysia: Finding Possibilities of Double Thumbs Up. *Jurnal Pengurusan*, 32, 55-71.

Busco, C., Malafronte, I., Pereira, J. & Starita, M. G. (2019). The determinants of companies' levels of integration: Does one size fit all? *The British Accounting Review*, 51(3), 277–298. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2019.01.002>

Cabeza-García, L., Fernández-Gago, R., & Nieto, M. (2018). Do board gender diversity and director typology impact CSR reporting? *European Management Review*, 15(4), 559–575. <https://doi.org/10.1111/emre.12143>

Campanella, F., Serino, L., Crisci, A. & D'Ambra, A. (2021). The role of corporate governance in environmental policy disclosure and sustainable development. Generalized estimating equations in longitudinal count data analysis. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 28, 474–484. <https://doi.org/10.1002/CSR.2062>

Chan, M. C., Watson, J. & Woodliff, D. (2014). Corporate governance quality and CSR disclosures. *Journal of Business Ethics*, 125(1), 59–73. <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1887-8>

Che-Adam, N., Lode, N. A., & Hafizah, A. (2019). The influence of board of directors' characteristics on the environmental disclosure among Malaysian companies. *Malaysian Management Journal*, 23, 1-25.

Chebbi K. & Ammer, M. A. (2022). Board composition and ESG disclosure in Saudi Arabia: the moderating role of corporate governance reforms. *Sustainability*, 14. <https://doi.org/10.3390/SU141912173>

Cheng, E. & Courtenay, S. (2006) Board Composition, Regulatory Regime and Voluntary Disclosure. *The International Journal of Accounting*, 41, 262-289. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2006.07.001>

Chouaibi, J., Miladi, E. & Elouni, N. (2022). Exploring the relationship between board characteristics and environmental disclosure: Empirical evidence for European firms. *Accounting and Management Information Systems*, 21(1), 51-76. <https://doi.org/10.24818/jamis.2022.01003>

Cincalova, S. & Hedija, V. (2020). Firm characteristics and corporate social responsibility: the case of Czech transportation and storage industry. *Sustainability*, 12(5), 1-15. <https://doi.org/10.3390/su12051992>

Cormier, D., Lapointe-Antunes, P. & Magnan, M. (2014). Does corporate governance enhance the appreciation of mandatory environmental disclosure by financial markets? *Journal of Management and Governance*, 19, 897-925. <https://doi.org/10.1007/s10997-014-9299-4>

Cormier, D., Ledoux, M. J., Magnan, M., & Aerts, W. (2010). Corporate governance and information asymmetry between managers and investors. *Corporate Governance: The international journal of business in society*, 10(5), 574-589. <http://doi.org/10.1108/14720701011085553>

Corrêa, R & Ribeiro, H., C., M. (2020). Evolução do relatório de sustentabilidade global Reporting Initiative – GRI: 20 anos de aplicação. *AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 9 (2), 294-311. <http://dx.doi.org/10.17648/aos.v9i2.1292>

Cosma, S., Schwizer, P., Nobile, L. & Leopizzi, R. (2021). Environmental attitude in the board. Who are the “green directors”? Evidences from Italy. *Business Strategy and the Environment*, 30(7), 3360–3375. <https://doi.org/10.1002/bse.2807>

Cuadrado-Ballesteros, B., Martínez-Ferrero, J. & García-Sánchez, I. M. (2017). Board structure to enhance social responsibility development: A qualitative comparative analysis of US companies. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 24(6), 524–542. <https://doi.org/10.1002/csr.14245>

Daft, R. L. (1991). *Management* (1<sup>o</sup> edição). Chicago: Dryden Press.

Davidson, D. J. & Freudenburg, W. R. (1996). Gender and environmental risk concerns - A review and analysis of available research. *Environment and Behavior*, 28(3), 302–339. <https://doi.org/10.1177/0013916596283003>

Dey, A. (2008). Corporate governance and agency conflicts. *Journal of Accounting Research*, 46(5), 1143-1181. <https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2008.00301.x>

Dias A., Rodrigues L. L. & Craig R. (2017). Corporate governance effects on social responsibility disclosures. *Australasian Accounting Business and Finance Journal*, 11(2), 3–22. <https://doi.org/10.14453/aabfj.v11i2.2>

Disli, M., Yilmaz M. K. & Mohamed, F. F. M. (2022). Board characteristics and sustainability performance: empirical evidence from emerging markets. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 13, 929–952. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-09-2020-0313>

Dojiba, D., Arena, C., Kozlowski, L., Krasodomska, j. & Godawska, J. (2022). Towards sustainable development: The role of directors' international orientation and their diversity for non-financial disclosure. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 30(2). <https://doi.org/10.1002/csr.2339>

Donnelly, R. & Mulcahy, M. (2008). Board structure, ownership, and voluntary disclosure in Ireland. *Corporate Governance an International Review*, 16(5), 416-429. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8683.2008.00692.x>

Donthu, N., Kumar, S., Mukherjee, D., Pandey, N. & Lim, W. M. (2021). How to Conduct a Bibliometric Analysis: An Overview and Guidelines, *Journal of Business Research*, 133, 285-296.

Dyduch, J. & Krasodomska, J. (2017). Determinants of Corporate Social Responsibility Disclosure: An Empirical Study of Polish Listed Companies. *Sustainability*, 9(11), 1-24. <https://doi.org/10.3390/su9111934>

Eck, N. J. V., & Waltman, L. (2017). Citation-based clustering of publications using CitNetExplorer and VOSviewer. *Scientometrics*, 111(2), 1053–1070. <https://doi.org/10.1007/s11192-017-2300-7>

Elkington, J. (1994). Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for Sustainable Corporationable Development. *California Management Review*, 36, 90-100.

Elsheikh, T., Almaqtari, F. A., Farhan, N. H. S., Mishra, N., & Ettish, A. A. (2024). Governance and sustainability: The role of environmental disclosures and board characteristics in environmental, social, and governance reporting. *Journal of Governance & Regulation*, 13(3), 162–176. <https://doi.org/10.22495/jgrv13i3art14>

Elsheikh, T., Hashim, H. A., Mohamad, N. R., Almaqtari F. A. & Ettish, A. A. (2022). CEO facial masculinity, characteristics and earnings management. *Management & Accounting Review*, 21(3), 253-282. <https://doi.org/10.24191/MAR.V21i03-11>

Elsheikh, T., Hashim, H. A., Mohamad, N. R., Youssef, M. A.E. A. & Almaqtari, F.A. (2023). CEO masculine behavior and earnings management: does ethnicity matter? *Journal of Financial Reporting and Accounting*. ISSN: 1985-2517. Doi: <https://doi.org/10.1108/JFRA-10-2022-0383>

Enciso-Alfaro, S. Y., & García-Sánchez, I. M. (2022). Corporate governance and environmental sustainability: Addressing the dual theme from a bibliometric approach. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. <https://doi.org/10.1002/csr.2403>

Eng, L. L. & Mak, Y. T. (2003). Corporate governance and voluntary disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, 22(4), 323-345. [https://doi.org/10.1016/S0278-4254\(03\)00037-1](https://doi.org/10.1016/S0278-4254(03)00037-1)

Era. *Frontiers in Public Health*, 10, 2527. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2022.93574>

Ezhilarasi, G. & Kabra, K. C. (2017). The Impact of Corporate Governance Attributes on Environmental Disclosures: Evidence from India. *International Journal of Corporate Governance*, 10(1), 24-43. <https://doi.org/10.1177/0974686217701464>

Fama, E. F. & Jensen, M. C. (1983). Separation of ownership and control. *The Journal of Law and Economics*, 26(2), 301–325. <https://doi.org/10.1086/467037>

Farrell, K. A. & Hersch, P. L. (2003). Additions to corporate boards: The effect of gender. *Journal of Corporate Finance*, 11, 85-106. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2003.12.001>

Fernandes, S. M., Bornia, A. C., & Nakamura, L. R. (2018). *The influence of boards of directors on environmental disclosure*. *Management Decision*, 57(9), 2358-2382. <https://doi.org/10.1108/MD-11-2017-1084>

Finkelstein, S., Hambrick, D. C., & Cannella Jr., A. A. (2009). Strategic Leadership: Theory and Research on Executives, Top Management Teams, and Boards. In *Strategic Leadership: Theory and Research on Executives, Top Management Teams, and Boards*. Oxford University Press, Inc. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195162073.001.0001>

Fleming, A., O'Grady, A., Stitzlein, C. Ogilvy, S., Mendham, D. & Harrison, M. (2022). Improving acceptance of natural capital accounting in land use decision making: Barriers

and opportunities. *Ecological Economics* 200.  
<https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2022.107510>

Freitas Neto, R. M. & Mol, A. L. R. (2017). Determinantes dos Papéis dos Conselhos de Administração de organizações Brasileiras. Rio de Janeiro: RAC, 4, 63-83.  
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac2017160053>

Frías-Aceituno, J., Rodríguez-Ariza, L. & García-Sánchez, I. M. (2013). The role of the board in the dissemination of integrated corporate social reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 20(4), 219-233.  
<https://doi.org/10.1002/csr.1294>

Gajdosikova, D. & Valášková, K. (2022). A Systematic Review of Literature and Comprehensive Bibliometric Analysis of Capital Structure Issue. *Management Dynamics in the Knowledge Economy*, 10(3), 210-224. <https://doi.org/10.2478/mdke-2022-0014>

Galvão, M. & Ricarte, I. (2020). Revisão sistemática de literatura: conceituação, produção e publicação. *Filosofia da informação*, 6(1), 57-73.  
<https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73>

García-Sánchez, I. M., Rodríguez-Ariza, L., Aibar-Guzmán, B., & Aibar-Guzmán, C. (2020). Do institutional investors drive corporate transparency regarding business contribution to the sustainable development goals? *Business Strategy and the Environment*, 29, 2019–2036. <https://doi.org/10.1002/bse.2485>

Ge, B., Wang, C. & Song, H. (2023). Ecosystem Services Research in Rural Areas: A Systematic Review Based on Bibliometric Analysis. *Sustainability*, 15(6), 5082.  
<https://doi.org/10.3390/su15065082>

Gerged, A. M. (2021). Factors affecting corporate environmental disclosure in emerging markets: the role of corporate governance structures. *Business Strategy and the Environment*, 30(1), 609-629. <https://doi.org/10.1002/bse.2642>

Ghabayen, M. A., Mohamad, N.R. & Ahmad, N. (2016). Board characteristics and corporate social responsibility disclosure in the Jordanian banks. *Corporate Board: Role, Duties and Composition*, 12(1), 84-99. <https://doi.org/10.22495/cbv12i1c1art2>

Giannarakis, G. (2014). Corporate governance and financial characteristic effects on the extent of corporate social responsibility disclosure. *Social Responsibility Journal*, 10(4), 569-590. <http://doi.org/10.1108/SRJ-02-2013-0008>

Ginesti, G., Drago, C., Macchioni, R. & Sannino, G. (2018). Female board participation and annual report readability in firms with boardroom connections. *Gender in Management: An International Journal*, 33(4), 296-314. <https://doi.org/10.1108/GM-07-2017-0079>

Gough, D., Oliver, S., & Thomas, J. (2012). An introduction to systematic reviews. SAGE Publications. <https://b-ok.asia/book/2718381/a08a63>

Gul, F. & Leung, S. (2004). Board Leadership, Outside Directors' Expertise and Voluntary Corporate Disclosures. *Journal of Accounting and Public Policy*, 23(5), 351-379. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2004.07.001>

Habbash, M. (2016). Corporate governance and corporate social responsibility disclosure: evidence from Saudi Arabia. *Social Responsibility Journal*, 12(4), 740-754. <https://doi.org/10.1108/SRJ-07-2015-0088>

Hahn, T., Figge, F., Pinkse, J. & Preuss, L. (2018). A paradox perspective on corporate sustainability: Descriptive, instrumental, and normative aspects. *Journal of Business Ethics*, 148(2), 235–248. <https://doi.org/10.1007/s10551-017-3587-2>

Haniffa, R. M. & Cooke, T. E. (2005). The impact of culture and governance on corporate social reporting. *Journal of Accounting and Public Policy*, 24(5), 391-430. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2005.06.001>

Havlová, K. (2015). What Integrated Reporting Changed: The Case Study of Early Adopters. *Journal Elsevier*, 34, 231-237. [https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(15\)01624-X](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(15)01624-X)

Hillman, A. J. & Dalziel, T. (2003). Boards of Directors and firm performance: integrating agency and resource dependence perspectives. *Academy of Management Review*, 28(3), 383–396. <https://doi.org/10.5465/amr.2003.10196729>

Hoang, T. H., Przychodzen, W., Przychodzen, J. & Segbotangni, E. A. (2021). Environmental transparency and performance: Does the corporate governance matter? *Environmental and Sustainability Indicators*, 10, 100123. <https://doi.org/10.1016/j.indic.2021.100123>

Hoang, T., Abeysekera, I. & Ma, S. (2018). Board Diversity and Corporate Social Disclosure: Evidence from Vietnam. *Journal Springer*, 151, 833-852. <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3260-1>

Hsiang-Tsai, C., Lin, Y. C. & Chen, W. W. (2022). Does family business affect the relationship between corporate social responsibility and brand value? A study in different

industry Taiwan. *Asia Pacific Management Review*, 27(3), 28–39.  
<http://doi.org/10.1016/j.apmrv.2021.04.002>

Huafang, X. & Jianguo, Y. (2007). Ownership structure, board composition and corporate voluntary disclosure. *Managerial Auditing Journal*, 22(6), 604-619.  
<https://doi.org/10.1108/02686900710759406>

Huse, M. (2018). Gender in the boardroom: Learnings from world-leader Norway. *FACTBase Bulletin*, 58, 1–16.

Hussain, N. Rigoni, U. & Orij, R. P. (2018). Corporate governance and sustainability performance: analysis of triple bottom line performance. *Journal of Business Ethics*. 149, 411–432. <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3099-5>

Husted, B. W. & Sousa-Filho, J. M. (2018). Board structure and environmental, social, and governance disclosure in Latin America. *Journal of Business Research*, 102(1), 220-227. <http://doi.org/10.1016/j.jbusres.2018.01.017>

Ibrahim, A. H. & Hanefah, M. M. (2016). Board diversity and corporate social responsibility in Jordan. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, 14(2), 279-298.  
<https://doi.org/10.1108/jfra-06-2015-0065>

Ienciu, I., Emil, P. & Maria, I. (2012). Environmental Reporting and Good Practice of Corporate Governance: Petroleum Industry Case Study. *Journal Elsevier*, 3, 961-967.  
[https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(12\)00258-4](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(12)00258-4)

Issa, A. & Fang, H. X. (2019). The impact of board gender diversity on corporate social responsibility in the Arab Gulf states. *Gender in Management an International Journal*, 34(7), 577–605. <https://doi.org/10.1108/GM-07-2018-0087>

Ivory, S. B. & Brooks, S. B. (2018). Managing corporate sustainability with a paradoxical lens: Lessons from strategic agility. *Journal of Business Ethics*, 148(2), 347–361. <https://doi.org/10.1007/s10551-017-3583-6>

Janicka, M. & Sajnóg, A. (2023). Environmental information disclosure: a cross-country analysis from European Union public companies. *Ruch Prawniczy Ekonomiczny i Socjologiczny*, 85(3), 101-118. . <https://doi.org/10.14746/rpeis.2023.85.3.07>

Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs, and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360.

Jouirou, M., Chenguel, M. B. (2014). The determinants of voluntary disclosure in Tunisia: A study of the firms listed in the Tunisian stock exchange. *Journal of Business and Management Research*, 4, 84-95

Kamardin, H., Bakar, R. A. & Ishak, R. (2017). Intellectual Capital Disclosure: The Effect of Family and Non-Executive Directors on Board. *Journal of Computational and Theoretical Nanoscience*, 23(4), 3102-3106. <https://doi.org/10.1166/asl.2017.7665>

Kamenjarska, T. & Ivanovski, I. (2020). Impact of board characteristics on firm performance: Dynamic panel evidence of the insurance industry in the Republic of North Macedonia. Faculty of Economics-Skopje. <http://doi.org/10.47063/EBTSF.2020.0027>

Kaplan, R. S. (2001). Strategic performance measurement and management in nonprofit organizations. *Nonprofit Management & Leadership*, 11(3), 353–370. <https://doi.org/10.1002/nml.11308>

Kaymak, T. & Bektas, E. (2017). Corporate social responsibility and governance: information disclosure in multinational corporations: CSR, governance, and disclosure in MNCs. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 24(6), 555-56. <https://doi.org/10.1002/csr.1428>

Khaireddine, H., Salhi, B., Aljabr, J., & Jarboui, A. (2020). Impact of board characteristics on governance, environmental and ethical disclosure. *Society and Business Review*, 15(3), 273–295. <https://doi.org/10.1108/SBR-05-2019-0067>

Khan, M. A. (2022). ESG disclosure and Firm performance: a bibliometric and meta-analysis. *Research in International Business and Finance*, 61. <https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2022.101668>

Kitchenham, B. & Charters, S. (2007). Guidelines for performing Systematic Literature Reviews in software engineering. Keele University and Durham University joint report. [https://legacyfileshare.elsevier.com/promis\\_misc/525444systematicreviewsguide.pdf](https://legacyfileshare.elsevier.com/promis_misc/525444systematicreviewsguide.pdf)

Kitchenham, B. (2004). *Procedures for performing systematic reviews*. Keele, UK, Keele University, 33, 28. <https://doi.org/10.1.1.122.3328>

Kravet, T. & Muslu, V. (2013). Textual risk disclosures and investors' risk perceptions. *Review of Accounting Studies*, 18, 1088-1122. <https://doi.org/10.1007/s11142-013-9228-9>

Kumari, P. S. R., Makhija, H., Sharma D. & Behl. A. (2022). Board characteristics and environmental disclosures: evidence from sensitive and non-sensitive industries of India.

*International Journal of Managerial Finance*. 18(4), 677-700. <https://doi.org/10.1108/IJMF-10-2021-0547>

Lakhal, F. (2005). Voluntary earnings disclosures and corporate governance: Evidence from France. *Review of Accounting and Finance*, 4(3), 64-85. <http://doi.org/10.1108/eb043431>

Lawani, S. M. (1981). Bibliometrics: Its Theoretical Foundations, Methods and Applications, *Libri*, 31(1), 294-315.

Li, C., Wu, K. & Wu, J. (2017). A bibliometric analysis of research on haze during 2000–2016. *Environmental Science Pollution Research*, 24, 24733-24742. <https://doi.org/10.1007/s11356-017-0440-1>

Li, X., Ma, E., & Qu, H. (2017). Knowledge mapping of hospitality research - A visual analysis using CiteSpace. *International Journal of Hospitality Management*, 60(3), 77–93. <https://doi.org/10.1016/j.ijhm.2016.10.006>

Lim, S., Matolcsy, Z. & Chow, D. (2007). The Association between Board Composition and Different Types of Voluntary Disclosure. *European Accounting Review*. 16(3), 555-583. <https://doi.org/10.1080/09638180701507155>

Lone, E. J., Ali, A. & Khan, I. (2016). Corporate governance and corporate social responsibility disclosure: Evidence from Pakistan. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 16(5), 785-797. <https://doi.org/10.1108/CG-05-2016-0100>

López-Santamaría, M., Amaya, N., Hinestroza, M. P. G., & Cuero, Y. A. (2021). Sustainability disclosure practices as seen through the lens of the signaling theory: A study of companies listed on the Colombian Stock Exchange. *Journal of Cleaner Production*, 317(1), 128416. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.128416>

Lovatto, P. A., Lehnen, C. R., Andretta, I., Carvalho, A. D., & Hauschild, L. (2007). Meta-análise em pesquisas científicas: enfoque em metodologias. *Revista Brasileira de Zootecnia*, 36, 285-294. <https://doi.org/10.1590/S1516-35982007001000026>

Majeed, S., Aziz, T. & Saleem, S. (2015). The effect of corporate governance elements on corporate social responsibility (CSR) disclosure: An empirical evidence from listed companies at KSE Pakistan. *International Journal of Financial Studies*, 3(4), 530-556. <https://doi.org/10.3390/ijfs3040530>

Manita, R., Bruna, M. G., Dang, R. & Houanti, L. H. (2018). Board gender diversity and ESG disclosure: evidence from the USA. *Journal of Applied Accounting Research*, 19(2), 206–224. <https://doi.org/10.1108/JAAR-01-2017-0024>

Mao, G., Shi, T., Zhang, S., Crittenden, J., Guo, S., & Du, H. (2018). Bibliometric analysis of insights into soil remediation. *Journal of Soils and Sediments*, 18(7), 2520–2534. <https://doi.org/10.1007/s11368-018-1932-4>

Martinez V., Cruz Rambaud, S. & Parra Oller, I. M. (2019). Gender policies on board of directors and sustainable development. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 26(6), 1539–1553. <https://doi.org/10.1002/csr.1825>

Masud, M. A. K., Nurunnabi, M. & Bae, S. M. (2018). The effects of corporate governance on environmental sustainability reporting: Empirical evidence from South Asian countries. *Asian Journal of Sustainability and Social Responsibility*, 3(1), 1-26. <http://doi.org/10.1186/s41180-018-0019-x>

Meeprom S., Boonyanet W. & Tongkong S. (2024). Relationship of ESG scores on firm performance: Moderating roles of board size and CEO duality. *Journal of Infrastructure, Policy and Development*. 8(7): 4403. <https://doi.org/10.24294/jipd.v8i7.4403>

Mehedi, S., Maniruzzaman, Md. & Akhtaruzzaman, Md. (2024). Board Flexibility in Diversity, Experienced CEOs and Corporate Sustainability Disclosure: Evidence from the Emerging Market. *Global Journal of Flexible Systems Management*, 25(1). <https://doi.org/10.1007/s40171-024-00387-y>

Meng, J. & Zhang, Z. X. (2022). Corporate environmental information disclosure and investor response: evidence from China's capital market. *Energy Economics*, 108. <https://doi.org/10.1016/j.eneco.2022.105886>

Michelon, G. & Parbonetti, A. (2012). The effect of corporate governance on sustainability disclosure. *Journal of Management and Governance*, 16(3), 477–509. <https://doi.org/10.1007/s10997-010-9160-3>

Miller, K. (2020). *The Triple Bottom Line: What it is and why it's important*. Harvard Business School. <https://doi.org/10.1108/JIC-10-2022-0209>

Misa, A. (2023). Reputation: A Systematic Literature Review and Bibliometric Analysis. *Bucharest University of Economics Studies*. ISSN-L 1584-0409. <https://doi.org/10.35219/eai15840409372>

Mititean, P. (2023). Board attributes and social and environmental performance. Evidence from the energy sector. *Accounting and Management Information Systems*, 22(1), 130-146. <https://doi.org/10.24818/jamis.2023.01007>

Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Altman, D. G. & PRISMA Group. (2010). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *International Journal of Surgery*, 8(5), 336-41. <https://doi.org/doi:10.1016/j.ijisu.2010.02.007>.

Mollah, S., Liljebloom, E. & Mobarek, A. (2021). Heterogeneity in independent non-executive directors' attributes and risk-taking in large banks. *Journal of Corporate Finance*, 70, 102074. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2021.102074>

Mongeon, P. & Paul-Hus, A. (2015). The Journal Coverage of Web of Science and Scopus: a Comparative Analysis. *Scientometrics*, 106(1). <https://doi.org/10.1007/s11192-015-1765-5>

Mota, J. & Pimentel, M. (2022). Analysis of the relationship between environmental performance and environmental disclosure in the light of the Sustainable Development Goals. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 15(3), 98–110. <https://doi.org/10.14392/asaa.2022150304>

Muttakin, M. B., & Subramaniam, N. (2015). Firm ownership and board characteristics: Do they matter for corporate social responsibility disclosure of Indian companies? *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 6(2), 138–165. DOI: <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-10-2013-0042>

Muttakin, M. B., Khan, A., & Subramaniam, N. (2015). Firm characteristics, board diversity and corporate social responsibility: Evidence from Bangladesh. *Pacific Accounting Review*, 27(3), 353-372. <https://doi.org/10.1108/PAR-01-2013-0007>

Naciti, V. (2019). Corporate governance and board of directors: The effect of a board composition on firm sustainability performance. *Journal of Cleaner Production*, 237. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.117727>

Naseem, M. A., Riaz, S., Rehman, R. U., Ikram, A. & Malik, F. (2017). Impact of board characteristics on corporate social responsibility disclosure. *Journal of Applied Business Research*, 33(4), 799-808. <https://doi.org/10.19030/jabr.v33i4.10001>

Ngo, M. T., Van, T. & Luu, T. (2019). Effect of Board Diversity on Financial Performance of the Vietnamese Listed Firms. *Asian Economic Financial Review*, 9 (7), 743–751. <https://doi.org/10.18488/journal.aefr.2019.97.743.751>

Nicolò, G., Sannino G. & De Iorio, S. (2021). Gender diversity and online intellectual capital disclosure: Evidence from Italian-listed firms. *Journal Public Affairs*, 22(4). <https://doi.org/10.1002/pa.2706>

Nicolò, G., Zampone, G., Sannino, G., & De Iorio, S. (2021). Sustainable corporate governance and non-financial disclosure in Europe: does the gender diversity matter? *Journal of Applied Accounting Research*, 23(1), 227–249. <https://doi.org/10.1108/jaar-04-2021-0100>

Ntim, C. G., Lindop, S. & Thomas, D. A. (2013). Corporate governance and risk reporting in South Africa: a study of corporate risk disclosures in the pre- and post-2007/2008 global financial crisis periods. *International Review of Financial Analysis*, 30, 363-383. <https://doi.org/10.1016/j.irfa.2013.07.001>.

Nursimloo, S., Ramdhony, D., & Mooneepen, O. (2020). Influence of board characteristics on TBL reporting. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 20(5), 765–780. <https://doi.org/10.1108/CG-06-2019-0187>

Nwude, E. C., & Nwude, C. A. (2021). Board Structure and Corporate Social Responsibility: Evidence from Developing Economy. *SAGE Open*, 11(1), 1-12. <https://doi.org/10.1177/2158244020988543>

Nyabakora, W. I. & Mohabir, S. E. (2024). Corporate social responsibility knowledge base: A bibliometric analysis. *Modern Finance*, 2(1), 101-120. <https://doi.org/10.61351/mf.v2i1.123>

Orazalin, N. (2019). Corporate governance and corporate social responsibility (CSR) disclosure in an emerging economy: evidence from commercial banks of Kazakhstan. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 19(3), 490-507. <https://doi.org/10.1108/CG-09-2018-0290>

Orumwense, E. K. & Osa-Izeko, E. (2023). Board Diversity and Environmental Sustainability Disclosure in Oil and Gas Companies: Evidence from Nigeria. *European Journal of Accounting, Auditing and Finance Research*, 11(5), 1-13. <https://doi.org/10.37745/ejafr.2013/vol11n5113>

Oware, K. M. & Awunyo-Vitor, D. (2021). CEO characteristics and environmental disclosure of listed firms in an emerging economy: does sustainability reporting format matter? *Business Strategy and Development*, 4(4), 399–410. <https://doi.org/10.1002/bsd2.166>

Pandey, N., Andres, C., & Kumar, S. (2022). Mapping the corporate governance scholarship: Current state and future directions. *Corporate Governance: An International Review*, 31(1), 127–160. <https://doi.org/10.1111/corg.12444>

Patelli, L. & Prencipe, A. (2007) The Relationship between Voluntary Disclosure and Independent Directors in the Presence of a Dominant Shareholder. *European Accounting Review*, 16, 5-33. <https://doi.org/10.1080/09638180701265820>

Petrica, I., Caraiani, C., Lungu, C. I. & Anica-Popa, L. (2024). The interconnectivity of ESG research within the realm of sustainability: A bibliometric analysis. *Accounting and Management Information Systems*, 23(1), 261-290. <http://dx.doi.org/10.24818/jamis.2024.01011>

Pfeffer, J., & Salancik, G. R. (1978). *The external control of organizations: A resource dependence perspective*. Harper & Row.

Pizzi, S., Rosati, F. & Venturelli, A. (2021). The determinants of business contribution to the 2030 Agenda: Introducing the SDG Reporting Score. *Business Strategy and the Environment*, 30, 404–421. <https://doi.org/10.1002/bse.2628>

Prabowo, M. A., Jamin, M., Saputro, D. J., Mufraini, A. & Agustia, D. (2017). Female executive officers and corporate social responsibility disclosure: evidence from the banking industry in an emerging market. *Journal for Global Business Advancement*, 10(6), 631–651. <https://doi.org/10.1504/JGBA.2017.091944>

Prado-Lorenzo, J. M. & Garcia-Sanchez, I. M. (2010), The role of the board of directors in disseminating relevant information on greenhouse gases. *Journal of Business Ethics*, 97(3), 391-424. <https://doi.org/10.1007/s10551-010-0515-0>

Priyan, P. K., Nyabakora, W. I., & Rwezimula, G. (2023). A Bibliometric Review of the Knowledge Base on Financial Inclusion. *SN Business and Economics*, 3(58), 1–21. <https://doi.org/10.1177/09722629221140190>

Przychodzen, W., Gómez-Bezares, F. & Przychodzen, J. (2018). Green information technologies practices and financial performance – The empirical evidence from German publicly traded companies. *Journal of Cleaner Production*. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.08.081>

Pulino, S. C., Ciaburri, M., Magnanelli, B. S. & Nasta, L. (2022). Does ESG disclosure influence firm performance?. *Sustainability*, 14(13), 7595. <https://doi.org/10.3390/su14137595>

Qureshi, M. A., Kirkerud, S., Theresa, K. & Ahsan, T. (2019). The impact of sustainability (environmental, social, and governance) disclosure and board diversity on firm value: The moderating role of industry sensitivity. *Business Strategy and the Environment*, 1-16. <https://doi.org/10.1002/bse.2427>

Qureshi, M. A., Kirkerud, S., Theresa, K. & Ahsan, T. (2020). The impact of sustainability (environmental, social, and governance) disclosure and board diversity on firm value: the moderating role of industry sensitivity. *Business Strategy and the Environment*, 29(3), 1199–1214. <https://doi.org/10.1002/bse.2427>

Raheja, C. (2003). The interaction of insiders and outsiders in monitoring: a theory of corporate boards. *SSRN Electronic Journal*, 40. <http://doi.org/10.2139/ssrn.251594>

Rahmi, H., Adrianto, F. & Alfarisi, M. F. (2024). The Influence of Good Corporate Governance on Environmental Disclosures in Companies Listed on the Indonesian Stock Exchange (Bei) 2018 -2022. *Journal of Economics, Finance and Management Studies*, 7(5), 2453-2470. <https://doi.org/10.47191/jefms/v7-i5-21>

Raimo, N., de Nuccio, E. & Vitolla, F. (2021), Corporate governance and environmental disclosure through integrated reporting. *Measuring Business Excellence*, 26(4), 451-470. <https://doi.org/10.1108/MBE-05-2021-0066>

Rao, K. & Tilt, C. (2016). Board diversity and CSR reporting: an Australian study. *Meditari Accountancy Research*, 24(2), 182-210. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-08-2015-0052>

Rao, K. K., Tilt, C. A. & Lester, L. H. (2012). Corporate governance and environmental reporting: An Australian study. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 12(2), 143-163. <https://doi.org/10.1108/14720701211214052>

Rehman, A. (2013) Roles, Responsibilities and Functions of Board of Directors in an Organization. Escola de Ciências Económicas e de Gestão, Anhui Agricultural University, China. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2276831>

Rojas, G. M. & Yahaya, O. A. (2024). Women on Boards and Corporate Social Responsibility Disclosure. *Revista de Métodos Cuantitativos para la Economía y la Empresa*, 37, 29-69. <https://doi.org/10.46661/revmetodoscuanteconempresa.6074.29>

Said, R., Zainuddin, Y. & Haron, H. (2009). The relationship between corporate social responsibility disclosure and corporate governance characteristics in Malaysian public listed companies. *Social Responsibility Journal*, 5(2), 212-226. <http://doi.org/10.1108/17471110910964496>

Salehi, M., Tarighi, H. & Rezanezhad, M. (2017). The relationship between board of directors' structure and company ownership with corporate social responsibility disclosure: Iranian angle. *Humanomics*, 33(4), 398-418. <https://doi.org/10.1108/H-02-2017-0022>

Samaha, B., Khelif, D. & Hussaincy, C. (2009). Women in the boardroom and their impact on governance and performance. *Journal of Financial Economics*, 94, 291-309. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2008.10.007>

Sandvik, J. (2020). Board monitoring, director connections, and credit quality. *Journal of Corporate Finance*, 65, 1–23. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2020.101726>

Santos, E. & Cunha, M. (2016). Interpretação Crítica dos Resultados Estatísticos de uma Meta-Análise: Estratégias Metodológicas. *Millenium - Journal of Education, Technologies, and Health*, 44 (18), 85-98. <https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/8169>

Santos, J. (2009). “Corporate Governance” – *Desenvolvimentos Recentes e a Realidade Portuguesa* (dissertação). Universidade Aberta, Aveiro.

Sartawi, I. I. M., Hindawi, R. M., Bsoul, R. & Ali, A.E. J. (2014). Board Composition, Firm Characteristics, and Voluntary Disclosure: The Case of Jordanian Firms Listed on the Amman Stock Exchange. *International Business Research*, 7(6), 67. <https://doi.org/10.5539/ibr.v7n6p67>

Sekarwigati, M. & Effendi, B. (2019). Pengaruh Ukuran Perusahaan, Profitabilitas, dan Likuiditas terhadap Corporate Social Responsibility Disclosure. *Jurnal Akuntansi Dan Keuangan*, 1 (1), 16-33. <https://doi.org/10.33510/statera.2019.1.1.16-33>.

Sener, I. & Karaye, A. B. (2014). Board Composition and Gender Diversity: Comparison of Turkish and Nigerian Listed Companies. *Social and Behavioral Sciences*, 150, 1002-1011. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.09.112>

Seto-Pamies, D. (2013). The relationship between women directors and corporate social responsibility. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 22, 334–345. <https://doi.org/10.1002/CSR.1349>

Sheuly, S. (2013). *A systematic literature review on agile project management*. Lappeenranta University of Technology, Finlandia.

Shoham, A., Almor, T., Lee, S. M. & Ahammad, M. F. (2017). Encouraging environmental sustainability through gender: a micro-foundational approach using linguistic

gender marking. *Journal of Organizational Behavior*, 38(9), 1356–1379. <https://doi.org/10.1002/job.2188>

Sicius, H. (2022). Corporate Purpose: How the Board of Directors Can Achieve an Inclusive Corporate Governance Regime. *Springer eBooks*, 101-131. [http://doi.org/10.1007/978-3-031-14216-1\\_6](http://doi.org/10.1007/978-3-031-14216-1_6)

Siddaway, A., Wood, A. & Larry, H. (2019). How to do a systematic review: A best practice guide for conducting and reporting narrative reviews, meta-analyses, and meta-syntheses. *Annual Review of Psychology*, 70, 747-770. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010418-102803>

Singh, G. (2020). Corporate Governance: An Insight into the Imposition and Implementation of Gender Diversity on Indian Boards. *Journal of Corporate Finance*, 13, 99-110. <https://doi.org/10.1177/0974686220930839>

Singh, H. & Alhulail, H. N. (2023). Information Technology Governance and Corporate Boards' Relationship with Companies' Performance and Earnings Management: A Longitudinal Approach. *Sustainability*, 15(8). <https://doi.org/10.3390/su15086492>

Singh, V. & Vinnicombe, S. (2004). Why So Few Women Directors in Top UK Boardrooms? Evidence and Theoretical Explanations. *Corporate Governance An International Review*, 12(4), 479-488. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8683.2004.00388.x>

Solikhah B., Wahyudin A., Al-Faryan M. A. S., Iranda N. N., Hajawiyah A., & Sun C. M. (2022). Corporate governance mechanisms and earnings quality: Is firm size a moderation variable? *Journal of Governance and Regulation*, 11(1), 200-210. <https://doi.org/10.22495/jgrv11i1siart1>

Solomon, J. (2007). *Corporate Governance and Accountability* (2<sup>a</sup> ed). Chichester: John Wiley & Sons Ltd.

Suchman, M. C. (1995). Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, 20(3), 571-610.

Suttipun, M. (2021). The influence of board composition on environmental, social and governance (ESG) disclosure of Thai listed companies. *International Journal of Disclosure and Governance*, 18, 391–402. <https://doi.org/10.1057/S41310-021-00120-6>

Tajuddin, A. H., Akter, S., Mohd-Rashid, R. & Mehmood, W. (2023). The influence of board size and board independence on triple bottom line reporting. *Arab Gulf Journal of Scientific Research*, 41. <https://doi.org/10.1108/AGJSR-02-2023-0061>

Tao, L., Wei, X. & Wang, W. (2023). Does Enterprise Internal Control Improve Environmental Performance - Empirical Evidence from China. *Sustainability*, 15 (13). <https://doi.org/10.3390/su151310199>

Tavares, M., Azevedo, G., Marques, R. & Bastos, M. (2023). Challenges of education in the accounting profession in the Era 5.0: A systematic review. *Cogent Business & Management*, 10. <https://doi.org/10.1080/23311975.2023.2220198>

Terjesen, S., Aguilera, R. V., & Lorenz, R. (2015). Legislating a woman's seat on the board: Institutional factors driving gender quotas for boards of directors. *Journal of Business Ethics*, 128(2), 233–251. <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2083-1>

Tibiletti, V., Marchini, P. L., Furlotti, K., & Medioli, A. (2021). Does corporate governance matter in corporate social responsibility disclosure? Evidence from Italy in the “era of sustainability”. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 28(2), 896-907. <https://doi.org/10.1002/csr.2097>

Tingbani, I., Chithambo, L., Tauringana, V. & Papanikolaou, N. (2020). Board gender diversity, environmental committee and greenhouse gas voluntary disclosures. *Business Strategy and the Environment*, 29(6), 2194–2210. <https://doi.org/10.1002/bse.2495>

Tojedo-Romero, F. & Araujo, J. (2022). The influence of corporate governance characteristics on human capital disclosure: the moderating role of managerial ownership. *Journal of Intellectual Capital*, 23(2), 342-374. <https://doi.org/10.1108/JIC-03-2019-0055>

Tranfield, D., Denyer, D. & Smart, P. (2003). Evidence-Informed Management Knowledge by Means of Systematic Review. *British Journal of Management*, 14(3), 207–222. <https://doi.org/10.1111/1467-8551.00375>

Trireksani, T., Djajadikerta, H.G. (2016), Corporate governance and environmental disclosure in the Indonesian mining industry. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 10(1), 18-28. <https://doi.org/10.14453/aabfj.v10i1.3>

Upadhyaya, p. & Roy, S. (2017). Analysis of macroeconomic factors causing non-performing loans in India. *International Journal of Business and Globalisation*, 18(2), 182-193. <https://doi.org/10.1504/IJBG.2017.081948>

Uyar, A., Kuzey, C., Kilic, M. & Karaman, A. S. (2021). Board structure, financial performance, corporate social responsibility performance, CSR committee, and CEO duality: disentangling the connection in healthcare. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 28, 1730–1748. <https://doi.org/10.1002/csr.2141>.

Van Eck, N. J. & Waltman, L. (2010). Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. *Scientometrics*, 84(2), 523–538. <https://doi.org/10.1007/s11192-009-0146-3>

Villiers, C. & Van Staden, C. J. (2011). Where firms choose to disclose voluntary environmental information. *Journal of Accounting and Public Policy*, 30(6), 504-525. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2011.03.005>

Vineis, P. & Mangone, L. (2022). The need for new metrics in the Anthropocene

Vitolla, F., Raimo, N. & Rubino, M. (2020). Board characteristics and integrated reporting quality: An agency theory perspective. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27, 1152-1163. <https://doi.org/10.1002/csr.1879>

Wang, Z., Zhang, J. & Ullah, H. (2023). Exploring the Multidimensional Perspective of Retail Investors' Attention: The Mediating Influence of Corporate Governance and Information Disclosure on Corporate Environmental Performance in China. *Sustainability*, 15(15). <https://doi.org/10.3390/su151511818>

Wang, Y., Nadeem, M., Malik, I. & Xiong, L. (2024). Board gender reforms and voluntary disclosure: International evidence from management earnings forecasts. *Corporate Governance An International Review*. <https://doi.org/10.1111/corg.12569>

Wardani, D. & Santi, D. (2018). Pengaruh tax planning, ukuran perusahaan, Corporate Social Governance (CSG). Universitas Sarjanawiyata Tamansiswa Yogyakarta, 6(1), 11-24. ISSN 2540-9646. <https://jurnalfe.ustjogja.ac.id/index.php/akuntansi/article/view/536>

Wijayanti, R. & Setiawan, D. (2023). The role of the board of directors and the sharia supervisory board on sustainability reports. *Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity*, 9(3). <https://doi.org/10.1016/J.JOITMC.2023.100083>.

Wijethilake, C., Perera, A., & Sujatha, E. (2015). Board involvement in corporate performance: evidence from a developing country. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 5(3), 250–268.

Witkowska, J. (2016). Corporate Social Responsibility: Selected Theoretical and empirical aspects. *Comparative Economic Research Central and Eastern Europe*, 19(1). <http://dx.doi.org/10.1515/cer-2016-00023>

Yang, E., Khoo-Lattimore, C. & Arcodia, C. (2016). A systematic literature review of risk and gender research in tourism. *Tourism Management*, 58, 89-100. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2016.10.011>

Yevheniia, P. & Svitlana, K. (2024). Non-financial reporting in the industrial sector. *Scientia Fructuosa*, 3. [https://doi.org/10.31617/1.2024\(155\)08](https://doi.org/10.31617/1.2024(155)08)

Yoshikawa, T. & Phan, P.H. (2003). The performance implications of ownership-driven governance reform, *European Management Journal*, 21(6), 698-706. <http://dx.doi.org/10.1016/j.emj.2003.09.013>

Zahid, M., Rahman, H. U., Ali, W., Khan, M., Alharthi, M., Qureshi, M. I. & Jan, A. (2020). Boardroom gender diversity: implications for corporate sustainability disclosures in Malaysia. *Journal of Cleaner Production*, 244. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.118683>

Zampone, G., Nicolò, G., Sannino, G. & De Iorio, S. (2022). Gender diversity and SDG disclosure: the mediating role of the sustainability committee. *Journal of Applied Accounting Research*. In press. <https://doi.org/10.1108/JAAR-06-2022-0151>

Zhang, J. & Yang, Y. (2023). Can environmental disclosure improve price efficiency? The perspective of price delay. *Finance Research Letters*, 52. <https://doi.org/10.1016/j.frl.2022.103556>

Zhao, L., Yang, M. M., Wang, Z. & Michelson, G. (2023). Trends in the Dynamic Evolution of Corporate Social Responsibility and Leadership: A Literature Review and Bibliometric Analysis. *Journal of Business Ethics*, 182, 135–157. <https://doi.org/10.1007/s10551-022-05035-y>

Zhao, M. & Abeysekera, I. (2023). Board diversity and intellectual capital disclosure of Chinese-listed firms with Belt and Road Initiative projects. *Journal of Intellectual Capital*, 24(7), 1-30. <https://doi.org/10.1108/JIC-10-2022-0209>

## APÊNDICE

Estudos incluídos na análise empírica				
Nº	Título	Autores	Ano	Editora
1	Board attributes and environmental and sustainability performance: Moderating role of environmental teams in Asia and Europe	Almaqтари F.A., Elsheikh T. Hashim H.A., Youssef M.A.E.-A.	2024	Elsevier Ltd
2	Environmental disclosures by Indian companies: role of board characteristics and board effectiveness	Vig S.	2024	Palgrave Macmillan
3	Determinants of the extent and quality of corporate social responsibility disclosure in the industrial and services sectors: the case of Jordan	Alkayed H., Omar B.F., Jarah B.A.F.	2023	Emerald Publishing
4	The influence of board of directors' characteristics on corporate social responsibility disclosures in Jordanian Islamic banks	Al-Zaqeba M.A.A., Shubailat O.M., Hamid S.A. Ababneh F.A.T., Almatarneh Z.	2023	Institute of Advanced Science Extension (IASE)
5	Sustainability disclosures and corporate boards: a stakeholder approach to decision-making	Yadav P., Jain A.	2023	Emerald Publishing
6	Does the Board of Directors affects Corporate Social Responsibility Performance? Insights from an SEM-PLS Approach	Pinheiro P., Sarmento M.	2023	ADINGOR – Asociación para el Desarrollo de la Ingeniería de Organización
7	The influence of board size and board independence on triple bottom line reporting	Tajuddin A.H., Akter S., Mohd- Rashid R., Mehmood W.	2023	Emerald Publishing
8	Nexus between environmental disclosures and top management team characteristics: a systematic review	Arslan H.M., Chengang Y., Komal B., Chen S.	2023	Springer Science and Business Media Deutschland GmbH
9	Board gender diversity, Corporate Social Disclosures, and National Culture	Peng X., Lan Y.-C., Li J., Fan H.	2023	Routledge
10	Towards sustainable development: The role of directors' international orientation and their diversity for non-financial disclosure	Dobija D., Kozłowski Ł., Krasodomska J., Godawska J.	2023	John Wiley and Sons Ltd
11	Corporate social responsibility disclosure and information asymmetry: does boardroom attributes matter?	Hamrouni A., Bouattour M., Ben Farhat Toumi N., Boussaada R.	2022	Emerald Publishing

12	Firm-Level Attributes, Industry-Specific Factors, Stakeholder Pressure, and Country-Level Attributes: Global Evidence of What Inspires Corporate Sustainability Practices and Performance	Gold N.O., Taib F.M., Ma Y.	2022	MDPI
13	Board characteristics and environmental disclosures: evidence from sensitive and non-sensitive industries of India	Kumari P.S.R., Makhija H., Sharma D., Behl A.	2022	Emerald Group Holdings Ltd.
14	Determinants of Social and Environmental Accounting Information Disclosure: An Analysis of top 50 Firms in New Zealand	Chand A., Kumar N., Kumar R.R., Prasad S., Patel A., Stauvermann P.J.	2022	Kauno Technologijos Universitetas
15	Influence of Senior Executives Characteristics on Corporate Environmental Disclosures: A Bibliometric Analysis	Arslan H.M., Chengang Y., Bilal, Siddique M., Yahya Y.	2022	MDPI
16	Sustainable corporate governance and non-financial disclosure in Europe: does the gender diversity matter?	Nicolò G., Zampone G., Sannino G., De Iorio S.	2022	Emerald Group Holdings Ltd.
17	The Influence of Institutional Factors on the Relationship between Board of Directors and Environmental Disclosure: A Meta-Analysis	Pisano S., Lepore L., Celentano A., Alvino F.	2022	Now Publishers Inc
18	The link between CSR performance and CSR disclosure quality: does board diversity matter?	Cormier D., Gutierrez L., Magnan M.	2022	Springer
19	Does Board Gender Diversity Improve Environmental Disclosure of Multinational Corporations? A Cross-Cultural Analysis	Peng X., Song Y., Yeung D.	2022	HARD Publishing Company
20	Company Characteristics and Sustainability Reporting: Evidence From Asia and Africa	Giron A., Kazemikhasragh A., Cicchiello A.F. Panetti E.	2022	IGI Global
21	Corporate social and environmental disclosure as a sustainable development tool provided by board sub-committees: Do women directors play a relevant moderating role?	Pucheta-Martínez M.C., Gallego-Álvarez I., Bel-Oms I.	2021	John Wiley and Sons Ltd
22	Environmental management accounting, board role performance, company characteristics and environmental performance disclosure	Nkundabanyanga S.K., Muramuzi B., Alinda K.	2021	Emerald Group Holdings Ltd.
23	Board of directors characteristics and disclosure practices of corporate social responsibility: a comparative study between Brazilian and Spanish companies	Formigoni H., Segura L., Gallego-Álvarez I.	2021	Emerald Group Holdings Ltd.

24	Corporate Environmental Information Disclosure in India: Role of Board Characteristics	Ramaiah T.S., Tiwari S.C., Sayyad M., Mehta R.	2021	School of Management Sciences
25	The role of corporate governance in environmental policy disclosure and sustainable development. Generalized estimating equations in longitudinal count data analysis.	Campanella F., Serino L., Crisci A., D'Ambra A.	2021	John Wiley and Sons Ltd
26	Impact of board characteristics on governance, environmental and ethical disclosure	Khairiddine H., Salhi B., Aljabr J., Jarboui A.	2020	Emerald Group Holdings Ltd.
27	Impact of board characteristics on environmental disclosures for listed mining companies in China	Agyemang A.O., Yusheng K., Ayamba E.C., Twum A.K., Chengpeng Z.	2020	Springer
28	Impact of governance structures on environmental disclosures in the Middle East and Africa	Kilincarslan E., Elmagrhi M.H., Li Z.	2020	Emerald Group Holdings Ltd.
29	Corporate governance and sustainability reporting in the Australian resources industry: an empirical analysis	Ong T., Djajadikerta H.G.	2020	Emerald Group Holdings Ltd.
30	Boardroom gender diversity: Implications for corporate sustainability disclosures in Malaysia	Zahid M., Rahman H.U., Ali W., Khan M., Rahman H.U., Ali W., Khan M., Alharthi M., Imran Qureshi M., Jan A.	2020	Elsevier Ltd
31	The influence of board diversity on environmental disclosures and sustainability performance in Malaysia	Latif R.A., Yahya N.H., Mohd K.N.T., Kamardin H.,	2020	Econjournals
32	Corporate Governance, Firms' Characteristics and Environmental Performance Disclosure Practices of Indian Companies	Pareek R., Pandey K.D., Sahu T.N., Pandey K.D., Sahu T.N.	2019	SAGE Publications Ltd
33	The influence of boards of directors on environmental disclosure	Fernandes S.M., Bornia A.C., Nakamura L.R.,	2019	Emerald Group Holdings Ltd.
34	Board characteristic and corporate environmental reporting in Nigeria	Aliyu U.S.	2019	Emerald Group Holdings Ltd.
35	The influence of top managers on environmental information disclosure: The moderating effect of company's environmental performance	Ma Y., Zhang Q., Yin Q., Wang B.	2019	MDPI AG
36	The impact of corporate governance characteristics on banks' corporate social responsibility disclosure: Evidence from Poland	Matuszak Ł., Róžańska E., Macuda M.	2019	Emerald Group Holdings Ltd.

37	Corporate board characteristics and environmental disclosure quantity: Evidence from South Africa (integrated reporting) and Nigeria (traditional reporting)	Ofoegbu G.N., Odoemelam N., Okafor R.G.	2018	Cogent OA
38	Political connection, board characteristics and environmental disclosure in Nigeria	Osazuwa N.P., Che-Ahmad A., Che-Adam N.	2017	American Scientific Publishers
39	The Influence of Board Composition on Sustainable Development Disclosure	Jizi M.	2017	John Wiley and Sons Ltd
40	The impact of corporate governance attributes on environmental disclosures: Evidence from India	Ezhilarasi G., Kabra K.C.	2017	SAGE Publications Ltd
41	The Relationship between Board Characteristics and Environmental Disclosure: Evidence from Turkish Listed Companies	Akbas H.E.	2016	School of Economics and Business in Sarajevo
42	Board characteristics and environmental disclosure in Nigeria	Osazuwa N.P., Che-Ahmad A., Che-Adam N.	2016	International Information Institute Ltd.
43	Board characteristics and sustainability reporting: Environmental agencies' moderating effects	Haladu A., Bt. Salim B.	2016	Econjournals
44	Gender diversity, board independence, environmental committee and greenhouse gas disclosure	Liao L., Luo L., Tang Q.	2015	Academic Press
45	Firm ownership and board characteristics: Do they matter for corporate social responsibility disclosure of Indian Companies?	Muttakin M.B., Subramaniam N.	2015	Emerald Group Holdings Ltd.
46	Corporate governance and financial characteristic effects on the extent of corporate social responsibility disclosure	Giannarakis G.	2014	Emerald Group Holdings Ltd.
47	The impact of corporate governance on sustainability performance	Shrivastava P., Addas A.	2014	Taylor and Francis Ltd.